

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICANÁLISE: CLÍNICA E
CULTURA
PSICANÁLISE, TEORIA E DISPOSITIVOS CLÍNICOS (LINHA DE
PESQUISA 1)

Fernanda Souza Adami

ENTRE ATOS E HI(ATOS): CONSIDERAÇÕES ACERCA
DA POTÊNCIA CLÍNICA DAS EXPERIÊNCIAS
PRODUTIVAS DE INDETERMINAÇÃO

Porto Alegre

2020

Fernanda Souza Adami

**ENTRE ATOS E HI(ATOS):
CONSIDERAÇÕES ACERCA DA POTÊNCIA CLÍNICA
DAS EXPERIÊNCIAS PRODUTIVAS DE INDETERMINAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa De Pós-Graduação Em Psicanálise: Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para obtenção do grau de mestre no curso de mestrado acadêmico em Psicanálise: clínica e cultura. Linha de pesquisa 1: Psicanálise, teoria e dispositivos clínicos.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Kessler

Porto Alegre

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICANÁLISE: CLÍNICA E
CULTURA
PSICANÁLISE, TEORIA E DISPOSITIVOS CLÍNICOS (LINHA DE
PESQUISA 1)

Prof^ª. Dr^ª Roselene Ricachenevsky Gurski

Coordenadora

Prof^ª. Dr^ª Milena da Rosa Silva

Coordenadora Substituta

FICHA CATALOGRÁFICA

Adami, Fernanda Souza
Entre atos e hi(atos): considerações acerca da
potência clínica das experiências produtivas de
indeterminação / Fernanda Souza Adami. -- 2020.
80 f.
Orientador: Carlos Henrique Kessler.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Programa
de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura,
Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. ato psicanalítico. 2. indeterminação. 3.
psicanálise. I. Kessler, Carlos Henrique, orient. II.
Título.

Fernanda Souza Adami

**ENTRE ATOS E HI(ATOS):
CONSIDERAÇÕES ACERCA DA POTÊNCIA CLÍNICA
DAS EXPERIÊNCIAS PRODUTIVAS DE INDETERMINAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa De Pós-Graduação Em Psicanálise: Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para obtenção do grau de mestre no curso de mestrado acadêmico em Psicanálise: clínica e cultura. Linha de pesquisa 1: Psicanálise, teoria e dispositivos clínicos.

COMISSÃO JULGADORA:

Prof. Dr. Christian Ingo Lenz Dunker
Universidade de São Paulo (USP)

Prof^a. Dr^a Ana Maria Medeiros da Costa
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Prof^a. Dr^a Marta Regina de Leão D'Agord
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Porto Alegre, 27 de agosto de 2020

Dedicatória

*Aqui a ação simplifica-se
Derrubei a paisagem inexplicável da mentira
Derrubei os gestos sem luz e os dias impotentes
Lancei por terra os propósitos lidos e ouvidos
Ponho-me a gritar
Todos falavam demasiado baixo falavam e escreviam
Demasiado baixo
Fiz retroceder os limites do grito
A ação simplifica-se
Porque eu arrebató à morte essa visão da vida
Que lhes destinava um lugar perante mim
Com um grito
Tantas coisas desapareceram
Que nunca mais voltará a desaparecer
Nada do que merece viver
Estou perfeitamente seguro agora que o Verão
Canta debaixo das portas frias
Sob armaduras opostas
Ardem no meu coração as estações
As estações dos homens os seus astros
Trêmulos de tão semelhantes serem
E o meu grito nu sobe um degrau
Da escadaria imensa da alegria
E esse fogo nu que pesa
Torna a minha força suave e dura
Eis aqui a amadurecer um fruto
Ardendo de frio orvalhado de suor
Eis aqui o lugar generoso
Onde só dormem os que sonham
O tempo está bom gritemos com mais força
Para que os sonhadores durmam melhor
Envoltos em palavras
Que põem o bom tempo nos meus olhos
Estou seguro de que a todo o momento
Filha e avó dos meus amores
Da minha esperança
A felicidade jorra do meu grito
Para a mais alta busca
Um grito de que o meu seja o eco.
(Poema Gritar de Paul Éluard)*

À ELVENI (In memorian)

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof. Dr. Carlos Henrique Kessler; pela incrível disponibilidade e ao mesmo tempo, discreta presença, que me permitiu percorrer o caminho da escrita sem grandes atropelos, pois me sentia segura.

Aos membros da banca, Prof^{as} Ana e Marta e Prof^o Christian; pela profunda inspiração e espaço de interlocução.

Aos meus colegas de mestrado, também do grupo de pesquisa Clínica em Transferência, principalmente ao Daniel e ao Guilherme, presenças constantes nas discussões em rodas de cafezinho e leituras atentas aos trabalhos preliminares que compuseram esta pesquisa.

À minha família: pais, irmãs, cunhados e sobrinhos; por acompanharem este processo, mesmo que distante.

Ao meu marido Chico e minha filha Rossana; por sempre, sempre acreditarem em mim.

Aos meus pacientes, de ontem e de hoje, forças motoras deste trabalho.

EPÍGRAFE

*Coisas, que corram em vós o suor ou a seiva,
Formas, que nascidas sejam da forja ou do sangue,
Vossa torrente não é mais densa que meu sonho;
E, se não os oprimo com um desejo incessante*

*Atravesso vossa água, desabo na areia,
onde me atrai o peso do meu demônio pensante.
Só, ele bate no duro chão onde o ser se eleva,
Ao mal cego e surdo, ao deus privado de sentido.*

*Mas, assim que parece todo verbo na minha
garganta,
Coisas, que nascidas sejam do sangue ou da forja,
Natureza, eu me perco no fluxo de um elemento:*

*Este que aninha em mim, o mesmo vos subleva,
Formas, que corram em vós o suor ou a seiva,
é o fogo que me faz vosso imortal amante.*

(Hiatus Irrationalis, Jacques Lacan)

RESUMO

Adami, F. S. (2020). *Entre atos e hi(atos): considerações acerca da potência clínica das experiências produtivas de indeterminação* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande Do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Este trabalho origina-se de uma questão clínica e propõe, no campo da teoria psicanalítica, estabelecer uma articulação entre as noções de ato analítico e indeterminação. Parte-se da proposição lacaniana de ato psicanalítico, seu contexto histórico e suas considerações adjacentes, dando destaque à formulação chamada Grupo de Klein como sequência transformativa capaz de ilustrar os processos intrínsecos à experiência psicanalítica. Busca ainda, apresentar o ato como uma proposição complementar a elaboração acerca dos quatro discursos, ao mesmo tempo que sublinha sua característica indeterminada como potência clínica para o reposicionamento do sujeito desejante. Tendo isto em vista, intenta percorrer ainda, alguns dos elementos dentro do campo conceitual que podem ser destacados como figuras de indeterminação em Freud e Lacan. Propõe também uma aproximação à dimensão do poético, levando em conta o fato de que Jacques Lacan apresentou uma poesia como a fórmula do ato analítico. Dentro da perspectiva da direção do tratamento, situa a radical exterioridade do objeto causa do desejo do sujeito em psicanálise, resultando desde aí, o analista como resíduo das operações transformativas.

Palavras-chave: Psicanálise. Ato Psicanalítico. Indeterminação. Objeto *a*.

ABSTRACT

Adami, F. S. (2020). *Entre atos e hi(atos): considerações acerca da potência clínica das experiências produtivas de indeterminação* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande Do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

This work originates from a clinical question and proposes, in the field of psychoanalytic theory, to establish an articulation between the notions of analytical act and indeterminacy. It starts with the Lacanian proposition of a psychoanalytic act, its historical context and its adjacent considerations, highlighting the formulation called Klein Group as a transformative sequence capable of illustrating the processes intrinsic to the psychoanalytic experience. It also seeks to present the act as a complementary proposition to elaborate on the four discourses, while underlining its indeterminate characteristic as a clinical power for the repositioning of the desiring subject. With this in mind, he tries to cover some of the elements within the conceptual field that can be highlighted as figures of indeterminacy in Freud and Lacan. It also proposes an approximation to the dimension of the poetic, taking into account the fact that Jacques Lacan presented poetry as the formula of the analytical act. Within the perspective of the direction of treatment, it situates the radical exteriority of the object that causes the subject's desire in psychoanalysis, resulting in the analyst as a residue of transformative operations.

Keywords: Psychoanalysis. Analytical Act. Indeterminacy. Object *a*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fragmento de Um lance de dados.	22
Figura 2. O Grupo de Klein segundo Lacan.	32
Figura 3. O Grupo de Klein e a disposição das noções intrínsecas a ele.	33
Figura 4. Primeiro quadrante.	33
Figura 5. Segundo quadrante.	34
Figura 6. Terceiro quadrante.	35
Figura 7. Quarto quadrante.	36
Figura 8. O Grupo de Klein com o eixo do ato analítico.	38
Figura 9. O Grupo de Klein com a disposição dos discursos.	38
Figura 10. A disposição dos lugares na proposição dos quatro discursos.	40
Figura 11. Os quatro discursos de Lacan.	41
Figura 12. Banda de Möebius.	60

SUMÁRIO

1	Introdução	13
1.1	Motivação clínica.....	13
1.2	Considerações metodológicas.....	14
2	O ato em psicanálise	17
2.1	O cenário para a formulação da proposição do ato analítico.....	17
2.2	O ato analítico segundo Lacan.....	21
2.3	Da racionalidade cartesiana ao ‘não penso ou não sou’	29
2.4	O Grupo de Klein com o ato no eixo contrário da transferência	31
3	O que se ganha com a proposição do ato analítico	39
3.1	A diferença fundamental da proposição do ato analítico em relação à teoria dos discursos.....	39
3.2	O hi(ato) no movimento entre os discursos	43
3.3	A não relação evidente no ato e sua dimensão de indeterminação	44
4	A potência do indeterminado.....	46
4.1	Alguns elementos da indeterminação em Freud	46
4.1.1	O conceito de inconsciente	46
4.1.2	O infamiliar.....	48
4.1.3	O Isso como pronome indeterminado.....	52
4.2	Alguns elementos da indeterminação em Lacan.....	53
4.2.1	O objeto sem substância: a negatividade do conceito de objeto a	53
4.2.2	O indeterminado como problema crucial para a psicanálise	56
4.2.3	O sujeito indeterminado na banda de Möebius.....	59
4.3	Experiências improdutivas de determinação e experiências produtivas de indeterminação	63
5	A saída pela invenção	67

5.1 À uma razão: Lacan com Rimbaud, a fórmula do ato	67
5.2 O novo inventado: a dimensão do poético aproximada à ideia de indeterminação	68
5.3 Direção do tratamento: objeto <i>a</i> no comando e o analista como puro resto.....	70
6 Considerações finais	73
Referências.....	76

1 Introdução

1.1 Motivação clínica

A motivação dessa pesquisa se deu em torno da experiência em consultório, posta em causa pelo estudo mais apurado de alguns conceitos na teoria psicanalítica, que permitiriam pensar o que faz operar uma transformação narrativa. O constante cenário de recebimento de pacientes que se descreviam, de forma reduzida (assim o interpretamos), a partir de diagnósticos psiquiátricos e que com isto carregavam uma grande dificuldade em se contar associativamente, impôs algumas questões que, depois de algum tempo, puderam ser traduzidas, de forma geral, em como se processam as mudanças de posições discursivas.

Claro que esta manifestação poderia ser lida como resistência da escuta do analista, algo que em momento algum, pretendemos descartar neste processo e que inclusive, entendemos como parte daquilo que opera nestes casos. No entanto, se perguntar pelo movimento necessário em termos de reposicionamento do sujeito, implicava também uma pergunta sobre a direção do tratamento. O que afinal faz com que um paciente, que chega se descrevendo como depressivo, ou como bipolar, possa reconhecer um saber em seu sintoma para além da mera classificação diagnóstica?

Várias frentes foram levantadas, principalmente por ocasião da qualificação deste projeto de pesquisa. Anteriormente a isto, através da participação como aluna especial, em uma disciplina do programa de pós-graduação que pretendia percorrer o tema dos ideais, tivemos a oportunidade de ler de forma mais detida o seminário sobre o ato analítico de Jacques Lacan (2001 [1967-68]). Esta experiência é tida como decisiva na formulação da pergunta da pesquisa.

Em um processo de retomada e definição dos caminhos a serem trilhados já dentro do programa de mestrado, as questões sobre o excesso de colagens imaginárias retornavam a todo momento. Se destacava o fato de que a posição do analista estava ali, sendo convocada a promover algum tipo de dissolução que permitisse ao paciente se repensar.

Foi então pela intenção de recortar possíveis encaminhamentos para este tema, que se chegou à necessidade de pensar acerca da potência clínica contida nos processos de indeterminação da experiência. Quais conceitos, quais proposições, em psicanálise, poderiam contribuir para promover a quebra desses quadros de colagens imaginárias?

Claro que não se pretende, em absoluto, esgotar o tema proposto e nem mesmo percorrer todas as inúmeras possibilidades que se encaixariam nessas dinâmicas. Esta proposta objetiva apenas destacar alguns elementos como forma de exercício mesmo de pesquisa, a ser retomada,

cada vez de maneira mais detida, em ocasiões futuras, pois se entende como nuclear o desdobramento dos temas aqui abordados.

1.2 Considerações metodológicas

Diferentemente da pesquisa em psicanálise que admite um certo distanciamento do pesquisador em relação a seu objeto, a pesquisa psicanalítica vai ter na clínica seu principal ponto de apoio. Ela se desenvolve considerando sempre um horizonte de implicação do analista - que remonta a uma inscrição na tradição deixada por Freud - enquanto coloca de lado a tão almejada neutralidade da ciência positiva. Cada proposta de pesquisa psicanalítica, reinaugura as bases de sua história e recoloca a teoria em uma discussão acerca de sua continuidade (Lo Bianco, 2003).

Algumas considerações serão tecidas a seguir, como forma de explicitar o caminho a ser percorrido em termos metodológicos, já que por se tratar de uma pesquisa inscrita no interior do campo acadêmico, se faz necessária a organização de um sistema minimamente coeso, para que as perguntas cabíveis sejam levantadas como meio de se formular uma hipótese central, norteadora da investigação.

Em primeiro lugar pensamos que seria importante discutir uma certa impossibilidade lógica contida na proposta de se versar sobre dois temas tão densos quanto fugidios: o ato psicanalítico e a noção de indeterminação em psicanálise.

Indissociável a qualquer formalização da clínica, está posta a necessidade de construir uma argumentação que dê conta de dimensionar o fazer a partir de um certo controle conceitual. A questão é que na própria tentativa de definir formalmente uma prática, já se recorta e determina um campo privilegiado de ação, bem como os processos imanentes a esta prática. Logo, como falar de algo que tem a pretensão de não predicar um fazer, mas que justamente demarca uma fronteira com a finalidade de circunscrever um vazio interior que se apresenta como constituinte?

Queremos crer que falar sobre a não reprodutibilidade objetiva é justamente ter de se haver com o impossível que estrutura a linguagem, e por consequência, cada sujeito. E que só a partir desta condição, o tratamento psicanalítico, bem como a pesquisa psicanalítica, poderia propor uma concepção de teoria para além da mera exclusão de pontos subjetivos. De acordo com Dunker (2011a, p. 329) que comenta justamente temas organizados neste estudo: “raros são os objetos que permitem representar a lógica compatível com a noção de ato e de

experiência. Isso ocorre porque, em geral, a escrita formal ou conceitual acaba por reduzir a temporalidade própria da experiência a uma temporalidade espacializada”.

Mesmo que a necessidade de pesquisa vise uma forma de construir uma pequena borda que permita nomear um ponto em relação ao que não é passível de nomeação (Poli, 2008), os critérios éticos e epistêmicos seguem os mesmos preceitos do que entendemos por prática clínica. Assim como não é possível escutar um paciente em sessão a partir, pura e simplesmente da teoria, também na pesquisa é necessário o atravessamento pela condição desejante daquele que escreve.

A ênfase a partir de Freud, de que a psicanálise é um método de tratamento e também de pesquisa é recorrente em Dunker, quando junto a Paulon e Milán-Ramos em *Análise psicanalítica de discurso: perspectivas lacanianas*, examina as práticas discursivas recorrentes em psicanálise:

Freud definiu a psicanálise não apenas como método de tratamento, mas também como um método de investigação. É exatamente neste ponto que a psicanálise pode ser mais facilmente caracterizada como uma análise de discurso. Faz-se necessário compreender que, já em Freud, encontra-se a composição de um trabalho sobre a materialidade linguística escurado em esquemas conceituais e literais, orientado por uma ética transformativa. (Dunker, Paulon & Milán-Ramos, 2016, p. 11)

E ainda, se referindo mais especificamente à pesquisa psicanalítica, encontramos em Caon (1999) a justificativa de sua ocorrência na universidade:

A pesquisa psicanalítica é a refundação no campo das comunidades universitárias de pesquisadores, daquela experiência anteriormente fundada na situação psicanalítica de tratamento, onde o paciente analisante é o pesquisador, por excelência, e o psicanalista é o diretor dessas pesquisas, produzidas em método e procedimentos de associação livre, produzidas pelo paciente analisante em transferência e “in praesentia” do analista. (Caon, 1999, p. 44)

Este trabalho versa sobre a proposição de ato analítico (Lacan, 2001[1967-68]) e sua dimensão de indeterminação da experiência. Carrega consigo uma pergunta subjacente que tenta percorrer a perspectiva radicalmente clínica destas noções. Podemos relacionar aqui a palavra clínica em sua etimologia, do Latim (Bueno, 1986): *clanicus*, aquele que se debruça sobre o que sofre. Esse recostar, não só praticado por aquele que escuta, mas também por aquele que orientado pelo desejo de investigar, imerge na quietude necessária ao ato da escrita. Neste sentido, tratar e ser tratado (como na noção de tratamento em psicanálise), depende de um percurso a ser trilhado entre as veredas da teoria.

Desde este lugar enunciamos a seguinte questão: quais os possíveis desdobramentos da proposição do ato analítico na teoria lacaniana, enquanto pensada como experiência produtiva de indeterminação (Dunker, 2015)? Nossa hipótese fundamental parte da intuição de que a experiência de descentramento subjetivo precipitada pelo ato, carrega em si a potencialidade de ressituar a condição desejante daquele que padece de uma cristalização narrativa, que o impede de estar no mundo de forma mais autêntica.

O tema do ato analítico é por si só, uma investigação sobre o método; uma pergunta sobre a operatividade da psicanálise. No entanto, como fazer essa pergunta sem incorrer em uma perspectiva descritivista? O objeto da psicanálise é evanescente, submetido às contingências e considera o sujeito como puro efeito. O ato não é necessariamente algo que se consiga nomear porque diz propriamente da mudança de posição. Isso já implica uma dificuldade metodológica, que especificamente dentro deste tema, pretendemos nos perguntar se Lacan (2001 [1967-1968]) não quis justamente formalizar com o desenvolvimento da sequência transformativa chamada Grupo de Klein.

Se a pergunta é o que move, ela deve por si só, produzir o corte necessário. Uma forma de não recuar diante do impossível constituinte, contornando assim, a constante impossibilidade de dizer. Esse corte que permite a entrada nas referências teóricas é feito pela delimitação da questão que se coloca pela prática clínica e a leitura possível, é sempre retroativa, a partir do ponto de chegada.

Se optou então, neste momento, por se ater à observação clínica, prescindindo do relato de caso, tendo em vista que toda e qualquer elaboração já estaria situada na interpretação do analista e portanto, preche de sentido e determinação. Um outro motivo relevante, se refere ao fato de demandar a escrita de casos de análises ainda em andamento.

Na tentativa de circunscrever o tema, decidimos pela revisão bibliográfica dos conceitos subjacentes às noções de ato e de indeterminação procurando investigá-los de forma integrada, possibilitando assim, dimensionar a importância das experiências transformativas. Ao mesmo tempo, vamos fazendo um percurso das construções lacanianas, principalmente a partir dos anos 60, passando de uma elaboração que põe acento nos processos de simbolização, para aquela que considera as categorias do negativo como orientadoras da formalização da clínica.

2 O ato em psicanálise

2.1 O cenário para a formulação da proposição do ato analítico

Ano de 1967. O mundo, como em qualquer outro período histórico, compartilha conflitos e fatos que se destacam. Tomando não necessariamente de forma aleatória alguns destes, destacaríamos que por exemplo, *Os Beatles* estavam se firmando no cenário musical com o lançamento do álbum que é considerado até hoje, o melhor de todos os tempos: *Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band*. Na África do Sul, a medicina realizava seu primeiro transplante de coração e em várias partes do hemisfério Norte, o *Summer of love* ficava conhecido como um importante ato político do movimento hippie pela paz, já que a guerra do Vietnã prosseguia.

Situando o cenário em terras brasileiras, alguns eventos não viriam a ser lembrados com tanto entusiasmo. Em 15 de março de 1967, entrou em vigor a sexta constituição do Brasil. Com o controle de decisão centrado no Poder Executivo, ela serviu para legalizar e institucionalizar a ditadura imposta pelo regime militar, depois do golpe de 64. Como resultado, tivemos o afastamento completo das frentes de oposição e a restrição dos direitos civis; censura e arbitrariedade foram seus principais motes.

A constituição de 67 abriu o caminho para o que viríamos conhecer como o Ato Institucional N°5; documento este que legitimou o fechamento do Congresso Nacional, suspendeu as garantias institucionais e manteve a concentração do poder nas mãos do exército, afastando ainda mais a possibilidade de eleições diretas e democráticas no país.

Este importante fato histórico, bem como um evento já bem mais adiante no tempo, do início dos anos 2000 (Projeto de lei 268/02)¹ que ficou conhecido como Ato Médico, permite dimensionar o uso da palavra ato como um significante capaz de denotar diversos sentidos. O ato médico veio a ser um projeto apresentado no Congresso Nacional, que estendia as atribuições exclusivamente médicas, limitando consideravelmente a atuação de outros profissionais na área da saúde, inclusive dos psicólogos.

Este percorrido se faz necessário para abrirmos a discussão do quanto a palavra ato pode denotar sentidos diversos. Em termos conceituais, na língua corrente, temos um leque de possibilidades semânticas. Vejamos alguns de seus significados e em que campos essa palavra aparece no léxico da língua portuguesa.

¹ <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/53750>

O termo ato, um substantivo masculino, que deriva em sua origem etimológica, do Latim (Bueno, 1986), *actus*, é denominado como movimento, impulso, ação do orador e do ator. Como exercício da faculdade de agir ou o seu resultado, aparece como o que se faz ou o que se pode fazer. Também refere-se à ocasião em que alguma coisa é feita.

Tem uso corrente ainda, como sinônimo de procedimento ou conduta, como acontecimento social ou como cerimônia. Outro uso remonta a um tipo de documento que obedece a certas normas de redação e que pode gerar consequências jurídicas aos envolvidos. É daí que se liga também ao significado como o exercício de um direito ou de um dever.

Aqui uma definição mais condizente com o ponto específico em que a psicanálise tomará a palavra ato, com a devida atenção em relação à última parte da citação que distingue o ato da potência, pois tentaremos pensar ao longo deste trabalho, justamente sobre a potência que estaria contida no ato dito então, psicanalítico:

Na linguagem filosófica, ato se distingue da ação: ação designa um processo que pode comportar vários atos. "Passar ao ato" é fazer algo preciso. "Passar à ação" é empreender algo mais amplo. Por sua vez, ato e ação se opõem a pensamento ou palavra: pensar e falar não podem ter efeito sobre a matéria, ao passo que agir tem um efeito. Claro que nas relações entre os homens, pensar e falar são modos de agir. Finalmente, ato se opõe a potência: o ato designa aquilo que existe efetivamente; a potência designa aquilo que pode ser ou que deve ser. (Japiassú & Marcondes, 2008, p. 24)

Na França, Jacques Lacan, depois de ter sido, em 1963, afastado da sociedade de analistas - a *Sociedade Francesa de Psicanálise* - que tentava se filiar à IPA (*International Psychoanalysis Association*), instituição fundada por Freud, organiza em 21 de junho de 1964, uma nova escola, a *Escola Francesa de Psicanálise* que a partir de setembro, se tornaria *Escola Freudiana de Paris*.

O momento era de ebulição no quadro político, tanto fora como dentro do meio psicanalítico. Sensível aos movimentos sociais e tomado pelos efeitos de sua *excomunhão*² da sociedade de analistas, Lacan funda (tão sozinho quanto sempre esteve em sua relação com a causa freudiana, de acordo com ele no Ato de Fundação, em 1964) a *Escola* para aqueles que “interessam-se pela psicanálise em ato” (Lacan, 2003 [1971], p. 246).

A *Proposição de 9 de outubro sobre o Psicanalista da Escola*, de 1967, traz em seu bojo, a noção de ato analítico. Partindo de uma posição que não considera a autorização da prática pelo fundador, como nos moldes da instituição criada por Freud, o psicanalista francês

² Termo utilizado por Lacan em 15 de janeiro de 1964, por ocasião da primeira aula do Seminário *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, o primeiro depois do rompimento com a IPA.

apresenta uma tentativa de reunir a comunidade de analistas não mais pela hierarquia dada pela identificação a um pai morto e dividida entre titulares e participantes, mas sim, uma reunião de pares, movidos por uma constante indagação dos princípios que fundamentam a prática e que consideram o conceito de inconsciente como norteador de uma *práxis*³ que remonta ao estilo.

A prática deste preceito, no entanto, se mostrou pouco eficiente já que a figura forte de Lacan, re-instituiu a lógica a qual ele tentara subverter. Eis que acabou por se erigir um mestre no lugar do pai, já morto e simbolizado. O dispositivo do passe foi proposto justamente para tentar dar conta de “organizar uma nova forma de acesso ao título de analista-didata, que não dependesse de sua nomeação direta, mas de analistas passadores e de um júri de aprovação, que presidiria” (Ramos, 2010). Envolto, ao longo dos anos, em grande polêmica, esse dispositivo tinha o mérito de estabelecer novas bases para a formação dos analistas alinhados com o pensamento lacaniano e tentava instituir uma função terceira a partir de um mecanismo que privilegiava o campo discursivo.

O texto da *Proposição* segue até hoje, como um importante documento para se pensar a noção de ato. Não só porque ele versava sobre um ato de fundação que pretendia instituir um novo lugar/começo na história do movimento psicanalítico, mas também porque estabelecia parâmetros para “recolher o testemunho dos analistas sobre o que foi sua análise pessoal, experiência que lhes franqueava o lugar de Analista da Escola dentro da instituição” (Vegas, 2013, p.16) ou seja, um ato de passagem; o ato de fim de análise estava contemplado neste dispositivo. Em 1978, depois de muito se discutir e modificar o seu funcionamento, Lacan acaba por reconhecer que ele fracassara e que a reafirmação da impossibilidade de se transmitir a psicanálise, determinaria que ela fosse reinventada a cada vez.

No mesmo ano do texto da *Proposição*, Lacan apresenta, oficialmente, no seu décimo quinto seminário, o quinto depois da saída da SFP, o tema do *ato psicanalítico*. O cenário era de conturbada renovação. Até junho daquele ano, ele falou da lógica da fantasia⁴,

. . . buscando relacionar a sua estrutura à do significante, observando o universo do discurso a partir da lógica. Para isso, ele se pauta tanto na relação da fantasia com a escrita quanto na relação do pensamento com a linguagem e o inconsciente, relação essa

³ No seminário de 1964, sobre os quatro conceitos fundamentais, Lacan se pergunta “O que é uma *práxis*?” e ele mesmo responde “ É o termo mais amplo para designar uma ação realizada pelo homem, qualquer que ela seja, que o põe em condição de tratar o Real pelo simbólico” (Lacan, 1964, p. 14). Esta definição nos serve, na medida em que amplia a perspectiva de um fazer, para uma condição que inclui a categoria de impossível em uma ação que se pretende ser totalmente recoberta pela razão.

⁴ Optamos neste momento pelo termo da tradução oficial em português, embora advertidos da relevante distinção entre os termos fantasia e fantasma.

fundada no fato de o sujeito estar barrado daquilo que o constitui, ou seja, o significante (Carreira, 2009).

Tendo em vista, a perspectiva do barramento entre significante e significado, Lacan apresentou o matema ao qual chamou, fórmula da fantasia: $\$ \langle \rangle a$ (sujeito barrado punção de objeto a) que pretendia demonstrar, esquematicamente, a relação particular do sujeito do inconsciente com o objeto restante da divisão fundamental pela inauguração da cadeia significante.

Em Lacan, encontramos a definição da punção como:

. . . o que advém no final da operação, é o sujeito barrado... A fantasia é o $\$$ numa certa relação de oposição com o a , relação cuja polivalência é suficientemente pelo caráter composto do losango, que tanto é disjunção, \vee , quanto conjunção, \wedge , que tanto é maior, $>$, quanto o menor, $<$. O $\$$ é o término dessa operação em forma de divisão, já que o a é irreduzível, é um resto, e não há nenhum modo de operar com ele... ele só pode representar o lembrete de que, se a divisão fosse feita, a relação entre o a e o S é que estaria implicado no $\$$. (Lacan, 2005 [1962-1963], pp. 192-193)

Para apresentar este matema, Lacan tomou o ato sexual como meio de explicitar a impossibilidade de fazer compor uma unidade no campo das relações a partir da dissimetria entre os sexos. Na aula de 22 de fevereiro de 1967, profere o polêmico axioma de que não há relação sexual (Lacan, 2008a [1966-1967]) para fazer valer a exterioridade do objeto que situa o sujeito, derivando disso, portanto, uma incompletude constituinte. “O sujeito, digamos, no ato é equivalente a seu significante. Ele não está nisso menos dividido” (Lacan, 2008a [1966-1967]).

Em 21 de junho de 1967, Lacan lança o tema do próximo ano de seu ensino, depois de ter discorrido por várias aulas sobre o ato sexual e sua condição de impossibilidade.

Tudo isto nos leva à porta do que lhes convido a entrar, no próximo ano, a saber, um “quarto”⁵... de dormir... onde não ocorre nada, a não ser que o ato sexual aí se apresenta como forclusão, falando propriamente *Verwerfung*. É isto que chama comumente o “consultório do analista”. O título que darei a minhas lições do próximo ano se chamará *O Ato Psicanalítico*. (Lacan, 2008a [1966-1967], p. 450)

⁵ Aqui gostaríamos de fazer uma menção à interpretação do “quarto” como o quarto de volta dos discursos, elemento que será apresentado adiante nesta pesquisa.

2.2 O ato analítico segundo Lacan

Lacan começa seu seminário seguinte re-anunciando o tema de trabalho em 15 de novembro de 1967. Ele menciona a estranheza que alguns possam ter em relação a este par de palavras: *ato psicanalítico*. Pois se, desavisadamente, tomarmos o entendimento do termo *ato* como um sinônimo de ação tão somente, logo aí, o espanto em relação à prática da psicanálise se mostraria pertinente, já que Freud desaconselhava seus pacientes a tomar qualquer tipo de atitude com maiores implicações ao estarem em análise. Deste ponto de vista, seria de imaginar que associar a palavra ato exclusivamente ao campo da ação, poderia incorrer em uma interpretação equivocada.

Desta forma, Lacan pretendia chamar a atenção para outra direção. Na verdade, ele chega a fazer uma certa subversão da palavra na maneira como a usa. Partindo do que seriam os “atos humanos”, ele provoca uma suspensão da ordem significante e considera a polissemia do termo, apresentando o ato como o que faz ruptura e inaugura uma nova cadeia significante, ao mesmo tempo que indica algo que amarra, ata um pacto com a condição desejante.

Uma ação, no entanto, pode sim ter o estatuto de ato se dela derivar uma ruptura com o instituído. Lacan nos diz: “se posso caminhar aqui, de um lado para outro, falando, isso não constitui um ato, mas se um dia ultrapassar certo limiar onde me coloque fora da lei, esse dia minha motricidade terá valor de ato”. (Lacan, 2001 [1967-68], p. 14)

Inspirado pelos fatos históricos do Império Romano, Lacan ilustra o que estava querendo introduzir, invocando a travessia do rio Rubicão por Júlio César. Em 49 a. C., o rio que era na verdade, um pequeno curso d’água, demarcava a fronteira entre a Gália Cisalpina e a cidade de Roma. Do ponto de vista geográfico, sua importância era ínfima, mas no entanto, a proibição de que qualquer general o atravessasse com seus exércitos, vinha da intenção de impedir que grandes contingentes de soldados fossem em direção ao território romano onde o poderio do império ficava concentrado.

Ao atravessar propositalmente a fronteira simbólica na perseguição à Pompeu, César viola a lei. Consta que na ocasião teria proferido a seguinte frase: *Alea jacta est* (“o dado foi lançado”, em Latim). Esta frase passou a ser evocada em muitos momentos em que alguém toma uma decisão de caráter irrevogável, com implicações incertas. Atentemos para a perspectiva indeterminada que ela contém, pois é pela via do franqueamento das barreiras da lei instituída, que se dá a condição de acesso à via do desejo mesmo que não se tenha garantias

dos seus desdobramentos. Para sermos coerentes com o horizonte significativo, transpor, passar além da fronteira, permite uma posição franca, verdadeira, em relação a si.

Lançar o dado, encontrar com o acaso, como no poema de Stéphane Mallarmé, *Um lance de dados* (1897). Uma poesia que nos traz a expressão da inovação e da transformação quando apresenta um conteúdo em versos livres e uma tipografia imprevisível. Isto, no solo da literatura, tem a propriedade de escancarar a perspectiva trágica da impossibilidade de antecipação do que é contingente, elemento muito caro na proposição desta pesquisa.

Segue, como ilustração (Figura 1), uma pequena parte do poema:

JAMAIS

MESMO ATIRADO EM CIRCUNSTÂNCIAS ETERNAS

DO FUNDO DUM NAUFRÁGIO

PORQUE
o Abismo

Branco
se expõe
furioso

sob uma inclinação
desesperadamente plana
d' asa

a sua

recaída prévia dum mal de se erguer no voo
cobrindo os impulsos
cortando rente os ímpetos

no âmago se resume

a sombra que se afunda nas profundas nessa alternativa vela

para adaptar
a tal envergadura

as suas horríveis profundas como o arcaboço

duma construção
que balança dum lado
para o outro

O MESTRE

emerge
inferindo

dessa conflagração
que se

como uma ameaça
o único Número que não pode

hesita

Figura 1. Fragmento de *Um lance de dados*.

Fonte: Mallarmé, S. (1897) *Um lance de dados* (A. Faleiros, Trad.). São Paulo: Ateliê Editorial.

Evocamos essas associações na intenção de abrir espaços de discussão sobre esse campo tão singular que é o da poesia. Apesar de Lacan, em alguns momentos, afirmar que esse gênero da literatura não pode ser confundido com a psicanálise, é certo que recorre a ele inúmeras vezes para apresentar seus argumentos. Seguindo suas pistas, e dadas as devidas diferenciações,

nos perguntamos em que a poesia poderia contribuir para pensar a teoria psicanalítica no que tange a uma mudança de posição subjetiva? Teríamos aí algum ponto de intersecção? Ou pelo menos, essa lógica intrínseca a este saber poderia nos ajudar a pensar o âmbito da clínica?

Com isto em vista, gostaríamos de sublinhar o ponto que consideramos de particular importância na proposição deste estudo. Lacan postula em seu seminário sobre o ato, “a psicanálise, isso faz” (Lacan, 2001 [1967-1968], p. 11) e logo evoca o campo da poesia, determinando uma relação contígua a partir do verbo fazer: “a poesia também, isso faz alguma coisa” (ibidem). O que teria querido dizer com esta alusão procuraremos explorar um pouco ao longo deste escrito, mas de forma antecipatória, intentamos nos perguntar o quanto a estrutura da poesia poderia se assemelhar à estrutura que Lacan confere a noção de Real.

Formulação cardinal na obra lacaniana, o conceito de Real se distingue da ideia corrente de realidade justamente porque, em sua estrutura, denuncia o ponto exterior da simbolização. O impossível, o indizível, “o que não cessa de não se inscrever” (Lacan, 1964). Compõe junto com o simbólico e o imaginário, a tópica lacaniana formalizada pelo nó borromeano.

O Isso associado ao Real, enquanto furo operativo na estrutura, recuperaria a noção freudiana de *das Ding* (a Coisa) como núcleo estranho ao próprio sujeito. Desde aí, podemos verificar em Torres, quando comenta justamente essa passagem destacada acima que:

... o ato sempre esteve ligado a “isso”, que podemos dizer tratar-se de uma função, algo que faz alguma coisa. Porém, antes que esse “faz alguma coisa” se estabeleça como uma espécie de constatação de um efeito intangível da prática psicanalítica, observamos que esse será exatamente o trabalho de Lacan sobre a presença do ato na experiência que buscará formalizar esse “fazer”. Se a psicanálise faz alguma coisa é porque “um dos sujeitos se encontra, depois, outro que não o que era antes” (Lacan, 1953-54/1986. pp. 129-30). Há, portanto, essa função de passagem de uma posição do sujeito à outra, passagem que Lacan sempre buscou definir pelo ato. (Torres, 2013, p. 10)

Se já distinto o fazer do que implicaria uma atitude pura e simples, a menção de que, assim como a poesia, a psicanálise “*isso faz*”, poderia nos dar uma pista da perspectiva indeterminada que compõe o ato. Se atentarmos para o fato de que Freud já falava que qualquer coisa que pudesse percorrer em sua teoria sobre o psíquico, disto já o teriam falado os poetas, a questão fica ainda mais interessante. O pronome indeterminado *isso*, que aparecerá mais adiante no desenvolvimento deste trabalho como uma das formas de indeterminação em Freud, demarca neste momento que, como nos lembra Harari (2001):

... o viés lacaniano evade, tanto a imaginação das ondas, como a subsunção, adotando, em seu lugar, um critério lógico, cuja insistência está, seja no impossível de escolher,

seja no impossível de evitar, seja no impossível de não perder. Claro: impossível, denota o Real. (Harari, 2001, p. 169)

Na lição de 10 de janeiro, a quinta daquele seminário, Lacan evoca uma poesia para dar continuidade ao seu ensino. Esta lição é considerada por nós a mais importante do seminário. Todas as lições subsequentes parecem apenas desenvolver as ideias já apresentadas naquele dia. Esta aula funciona como uma certa amarração, um ponto de capitonê de todo o seminário.

O poema em questão é aquele que Arthur Rimbaud decidiu nomear *À uma razão*, de 1886 como a fórmula do ato analítico (Lacan, 2001[1967-1968], p. 78). Estes versos, por mais de uma vez evocados nos seminários, refletem a dimensão do novo; tentam ilustrar como acontece o que poderíamos chamar de uma força transformativa que mobiliza o humano. Oportunamente voltaremos aos versos em nosso desenvolvimento. Neste momento, basta mencionar, citando Lacan que,

. . . vale a pena colocar a questão aqui, em um ponto de partida, pois no modo como vou me introduzir no terreno do ato há também certa ultrapassagem, ao evocar essa dimensão do ato revolucionário e caracterizá-lo como diferente de toda eficácia de guerra e que se chama suscitar um novo desejo. (Lacan, 2001 [1967-1968], p. 77)

Um novo desejo na medida em que, ao se deparar com este ponto de fuga fundamental mencionado acima, o sujeito teria de se haver com a invenção de um novo rearranjo na cadeia associativa, com uma alteração na sequência significativa. Se a determinação da estrutura não garante que a ordem do discurso se mantenha através do encadeamento das frases evocadas para produzir um sentido, a escansão da linguagem como corte neste sentido, o chamado *pas-de-sens*, acaba por pôr acento nos intervalos das unidades mínimas (Torres, 2013), conferindo a eles a importância da dimensão da indeterminação em qualquer movimento capaz de produzir, para estar com Lacan, uma “revolução”.

As formações do inconsciente, como os atos falhos, chistes, sonhos, sintomas e a própria repetição significativa, apontam para esse hiato no processo de simbolização e por isso mesmo constituem um campo, o campo de trabalho do psicanalista. Esse âmbito estaria posto na medida em que uma função, determinada por uma posição discursiva, fizesse valer um efeito capaz de ultrapassar as formações sintomáticas na direção do encontro com o desejo.

O que veicula esta posição discursiva, é a fonte de relação que comumente chamamos de transferência. Seguindo em sua apresentação do ato analítico, nosso autor destaca que já em outros tempos, de maneira não formulada, havia anunciado que a transferência “é a colocação em ato do inconsciente” (Lacan, 2001 [1967-1968], p. 11). Para Lacan, não há ato sem

transferência, pois ela carrega a força do saber depositado no analista e precisamente quando esta esperança se torna decepção é que o ato de passagem se efetiva.

Considerado por Lacan como um dos quatro conceitos fundamentais da psicanálise, a transferência é apresentada por Freud, desde os primórdios, como um fenômeno determinante para a clínica. No famoso caso de enamoramento da paciente de Joseph Breuer, Anna O., Freud pôde perceber que o entorno da relação que se estabelece entre médico e paciente quando do oferecimento de um espaço de escuta, acaba por produzir um vínculo amoroso de tal ordem que resulta a este, ser “a mola mestra” do tratamento psicanalítico.

Entendida como a reatualização da realidade do inconsciente (Lacan, 1998[1964]), a transferência torna-se campo para as intervenções que advirão do analista, bem como a possibilidade de atravessamento das questões do sofrimento psíquico que serão depositadas como demanda sob aquele que ocupa essa função. A partir da conceitualização da transferência, a entrada em análise constitui um ato, onde a expectativa do saber suposto ao analista, permite que o analisante busque romper com a repetição significativa abrindo espaço para, a partir deste laço, inventar uma nova posição subjetiva.

Lacan abordou o tema do ato analítico pelas vias do estar analisante e do tornar-se analista. Em uma dessas posições, o ato é do analista ao estabelecer a operação analítica. Ele é um primeiro momento do ponto de vista do analisante, que está alienado nesta operação. Na outra posição, é o analisante, ao depor, destituir o analista, que se reapropria do que lhe concerne por seu ato. Aquela operação é primeira para o analisante, e segunda, por efeito retroativo, para o analista. Ao tentar formalizar a experiência analítica através da noção de ato analítico, Lacan deixa antever o fracasso inerente a qualquer posição que implique uma nomeação permanente e isso nos remete diretamente a questão da indeterminação.

Desta nova posição, deriva então, o momento nuclear que Lacan refere à irrupção do ato psicanalítico: o final da análise, a queda da condição de sujeito suposto ao saber no/do analista, com a decorrente passagem do analisante à eventual analista. A instalação de alguém nesta posição (uma posição discursiva, não esqueçamos), depende de que, pelo ato de atravessamento dos processos de identificação, o sujeito advertido da condição de alienação na linguagem que a captura pelo Outro (instância designada como a morada dos significantes) promove, possa sustentar para um outro o percurso de encontro com seu desejo.

Lacan nos diz que, o que é próprio do ato analítico é uma condição radicalmente paradoxal, que consiste “em que alguém possa fundar uma experiência sobre pressupostos que ele mesmo ignora profundamente” (Lacan, 2001 [1967-1968], p. 19). Atentemos para o fato de como esta frase também carrega consigo a dimensão indeterminada que o ato analítico

comporta. Fundar uma experiência naquilo que se desconhece, implica uma condição de descentramento tal, só passível de ser posta em ato, se o próprio analista decantou de seu percurso, uma experiência de destituição subjetiva.

A destituição subjetiva é apresentada no seminário como o destino necessário da operação do ato. Àquele que, nos mais diferentes momentos da análise, se deixa afetar pelo ato, é dada a experiência da queda de determinadas coordenadas simbólicas e esta operação permite um certo reposicionamento diante do Outro da linguagem.

Mas, cabe aqui um apontamento. Lacan pretendendo advertir da facilidade de tornar este percurso algo idealizado, vai ainda mais longe quando afirma que, na verdade, o psicanalista tem horror do seu próprio ato. Horror justamente por desconhecer a dimensão daquilo que se propõe a ser objeto, pela indeterminação que aí se precipita, sendo apenas portador dessa marca. A marca de ter verificado a inconsistência do Outro.

O aspecto técnico também se apresenta através das intervenções clínicas nomeadas como corte, mas ao que parece, poderíamos dizer que nesta discussão, esse aspecto seria colateral, já que a perspectiva ética se sobrepõe aos parâmetros do *como fazer* e particularmente em se tratando do ato, jogamos com a impossibilidade de antecipação.

Diferentemente de Freud, que tinha como preocupação, inscrever a psicanálise na tradição científica de sua época e que se esforçou para percorrer os caminhos que denotassem um mínimo conjunto de procedimentos a serem seguidos, Lacan apresentou o campo psicanalítico como uma ética em primeiro lugar. Não que deixasse de lado a formalização, coisa que podemos perceber muito bem pelo uso das matemáticas e das lógicas formais, mas isto tinha a intenção de suprimir o espaço significante e dele decantar a dimensão que veio a chamar de Real.

Dentro dessa perspectiva, não quer dizer que a técnica não seja importante em psicanálise, mas que sob a perspectiva lacaniana, ela ficou subordinada a esse atravessamento ético que o desejo impõe ao sujeito, na medida em que há um impossível de recobrir com a linguagem.

Seguindo com os elementos que caracterizam o ato analítico; o corte, apesar de frequentemente associado ao dispositivo das sessões curtas, poderia até ser mencionado, de maneira reducionista acreditamos, como o momento em que, para estabelecer uma descontinuidade na cadeia de repetição, o analista interrompe a sessão. No entanto, é importante que ele seja pensado em uma chave bem mais ampla que esta, já que a função de ruptura que todo ato comporta, pode ser recolhida em todas as definições da proposição e não apenas no que se refere à uma estratégia utilizada no *setting*.

O corte é o que suscita o próprio ato em todas as suas acepções e a isto precisamos associar uma certa relação com a categoria de tempo. Lacan, em 1945, publica *O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada - um novo sofisma*. Neste texto, ele desenvolve a ideia de que toda operação lógica é regida por três tempos que se organizam entre si, em uma correspondência não diacrônica. Esses tempos estariam presentes em toda relação de compartilhamento de experiência, inclusive e principalmente, no posicionamento do sujeito a um suposto saber. Os tempos seriam:

- a) O instante de ver: momento característico da perceptividade, que está relacionado com o viés do saber instantâneo, da imediaticidade;
- b) O tempo de compreender: que carrega em si uma certa extensão/apreensão do percebido, “aquele da organização do eu, a partir do suporte necessário no outro, seu semelhante” (Costa, 2007, p. 53). Tempo da suspensão, da dúvida;
- c) O momento de concluir: aquele relativo à precipitação de um fechamento em um certo sentido, onde o que fica evidente é a operação do saber inconsciente e de uma abertura, por outro lado, enquanto emersão de um sujeito que se percebe indeterminado, para fazer menção à noção que estamos perseguindo neste trabalho.

Convém destacar a não diacronia, pois segundo Lacan, é justamente pela convocação do momento de concluir que se precipita o tempo de compreender. Na emergência de um tempo finalista, poderia então, haver um encurtamento do que se apresenta como uma extensão capaz de produzir efeito de compreensão. Em suas palavras: “Essa referência do eu aos outros como tais deve, em cada momento crítico, ser temporalizada, para reduzir dialeticamente o momento de concluir o tempo de compreender, para que ele dure tão pouco quanto o instante do olhar” (Lacan, 1998 [1945], p. 211).

Chegamos a um ponto crucial onde se tocam as duas formulações: o ato psicanalítico e a categoria de tempo em psicanálise. Nos últimos anos, Lacan disse que escreveu o texto sobre o tempo lógico para que pudesse ser destacada a função da pressa na operação do inconsciente e que esta mesma seria a função do psicanalista. A função da pressa se liga diretamente com o fato de que, no ato, ao precipitar uma ruptura na cadeia significante, o sujeito ultrapassa um momento de concluir. As montagens sintomáticas suspensas em um sem fim de gozo, acabariam por cair diante do embaralhamento significante.

Vale e Castro (2013) fazem uma distinção entre o corte da sessão e o corte temporal. Ambos os casos pressupõem uma travessia de uma posição à outra, mas o corte temporal seria mais amplo. Vejamos:

O corte é o demarcador de tempo, marca um antes e um depois não apenas no sofisma (do texto do tempo lógico), mas também na análise e na própria existência. Na vida, o corte poderia ser, por exemplo, a morte de um ente querido marcando, assim, a existência do sujeito. Já na análise, o corte do discurso teria efeitos no Real por abalar a estrutura imaginária e simbólica do sujeito, por abalar as relações de sentido já estabelecidas, ao causar aí uma descontinuidade. (Vale & Castro, 2013, pp. 443-444)

Essa descontinuidade traduz a noção mesma de ato como um balizador de eventos. Ela “demarcaria os tempos lógicos, precipitando os momentos de concluir do sujeito, tirando-o de um tempo para compreender infinito uma vez que a verdade só pode ser atingida na pressa” (Vale & Castro, 2013).

Observemos que mesmo pela precipitação de um tempo finalista, isto não se faz sem a referência imprescindível ao campo do significante. Depois de ter encerrado precocemente o ano de ensino no seminário sobre o ato, é em meio a sua elaboração sobre a teoria dos discursos que ele volta a enfatizar de forma contundente, reiterando que não há ato analítico senão pela via da linguagem. *No Seminário XVII - O avesso da psicanálise* Lacan (1992 [1969-1970]) situa o ato dentro da experiência de constituição do sujeito:

O termo ato também deve ser aqui ressaltado. Se o que lhes pude enunciar sobre o nível do ato quando tratei do ato psicanalítico é para ser levado a sério, ou seja, se é verdade que só poderia haver ato num contexto já preenchido por tudo o que advém da incidência significante, da sua entrada no mundo, não poderia haver ato no começo, nenhum ato, em todo caso que pudesse ser qualificado de assassinato [do pai da horda]. (...) Não poderia haver ato fora de um campo já tão completamente articulado que aí a lei não tivesse seu lugar. Não há outro ato a não ser o ato que se refere aos efeitos dessa articulação significante e que comporta toda a sua problemática - com, por um lado, o que ali preexiste como função legisladora. (Lacan, 1992 [1969-1970], p. 118)

Os efeitos de subversão só podem ocorrer porque estão parametrizados por uma instância reguladora, que Freud leu como o mito da horda primeva e Lacan, como o Outro da linguagem. Como não há linguagem sem a mediação do outro, outro semelhante, também referenciado a esse Outro, a função do semelhante, podemos deduzi-la da operação do tempo lógico. De acordo com Costa (1998):

. . . os três prisioneiros, os semelhantes presos no espelho em relação a algo que eles não vêem, não podem produzir um ato por algo que não se positiva enquanto imagem. É então que Lacan desloca a função do semelhante, da imagem para os atos. Os atos somente se viabilizam no suporte dos atos do semelhante, naquilo que eles indicam, não algo positivo, mas uma falta de certeza em se afirmarem. A conclusão do tempo lógico é de que se toma a palavra não porque o eu saiba sobre o texto que enuncia, mas que se toma a palavra antes que o Outro nos emudeça. (Costa, 1998, p. 124)

Todos estes pontos que definem o conceito de ato analítico nas formulações lacanianas, deixam antever a importância desta proposição para a teoria como um todo. O fato de permitir pensar a operatividade de conceitos fundamentais como Outro, o campo do Real, a posição do analista e uma certa categoria de tempo em psicanálise, já justifica sua inegável contribuição.

Uma vez tendo salientado os principais pontos, chegamos ao momento de explorar de forma mais acurada, os elementos específicos que permitem percorrer o caminho da indeterminação do sentido na experiência, quando essa se apresenta como potência clínica para o reposicionamento do sujeito falante.

2.3 Da racionalidade cartesiana ao ‘não penso ou não sou’

Desde muito cedo em seu ensino, Lacan tomou o *Cogito* cartesiano como referência para suas formulações. Por exemplo, no texto *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud* de 1957, ele vai, através do *Cogito*, introduzir a função de sujeito a partir do inconsciente estruturado em termos de metáfora e metonímia, como uma linguagem (Lacan, 1998 [1957]). Mas é no seminário que antecede ao do ato psicanalítico que ele chega a desenvolver de forma mais detida a sua leitura da proposição de Descartes.

Cogito ergo sum, ou *Penso logo sou/existo* determina que a condição de existência está dada pela faculdade do pensar. Portanto, se posso duvidar, estou assegurado dessa certeza. Este axioma representa o estatuto fundamental da consciência e sob esta égide se organizou todo o pensamento moderno baseado na supremacia da razão e suas consequências para o campo científico.

Se Descartes procurava uma garantia universal para a sustentação do conceito de verdade, Lacan viu nesta lógica uma dobra fundamental que lhe permitiu destacar o estatuto do inconsciente ainda que afirmasse que só mesmo a partir do nascimento da ciência no século XVII o sujeito da psicanálise pôde surgir.

Ao tomar o *Penso logo sou/existo* pelo avesso, Lacan passou a propor a estrutura do inconsciente dentro de uma operação de negação extraída de uma das leis de Morgan que afirma

que (1.) a **negação da conjunção** de duas proposições é logicamente equivalente à **disjunção** das negações das duas proposições consideradas e (2.) a **negação da disjunção** de duas proposições é logicamente equivalente à **conjunção** das negações das duas proposições consideradas. Lacan opera uma disjunção fundamental ao separar o ser do pensamento. O inconsciente aparece como o efeito dessa ruptura.

Assim foi possível postular o *não penso ou não sou* como o avesso do *penso logo sou* cartesiano. Atentemos para o fato de que não se trata de seu contrário, mas de seu avesso. Esta máxima permitiu passar de uma proposição inclusiva representada pelo *Cogito*, a uma proposição exclusiva conforme *o sou onde não me penso, por isso onde me penso, não sou*.

O conectivo *ou* chama a atenção entre as premissas envolvidas acima. A proposição exclusiva presente ali é essencial para a formalização da noção de ato que Lacan fará a partir do Grupo de Klein a ser apresentada mais adiante nesta pesquisa. Ele, o conectivo *ou*, comporta a ideia de uma passagem de um ponto a outro e isto denotaria nada menos do que o lugar da direção do tratamento dentro da sequência transformativa. Ao mesmo tempo, carrega consigo uma disjunção que impede que a ação do pensamento ocorra concomitantemente a realização subjetiva.

Conforme Lacan nos apresenta no seminário *O avesso da psicanálise* (Lacan, 1992 [1969-1970]) a fórmula de que o sujeito não é unívoco, “*ou não penso ou não sou*” (Lacan, 1992 [1969-1970], p. 96) nos foi dada no seminário sobre o ato analítico. Ele segue: “o sujeito é posto diante desse *vel* que se exprime pelo *ou não penso, ou não sou*. Ali onde penso não me reconheço, não sou - é o inconsciente. Ali onde sou, é mais do que evidente que me perco” (Lacan, 1992 [1969-1970], p. 96).

Torres (2010) chama a atenção para a noção de *vel* (ou, em Latim) referida por Lacan no Seminário XI de maneira distinta e retomada aqui em sua relação com o *Cogito*. Naquele momento anterior, o *vel* estava ligado ao “ser” e ao “sentido” a partir das operações de alienação e separação na constituição do sujeito. Agora no Seminário XV, ele aparece em termos das operações alienação e verdade, que em sua relação com a proposição cartesiana, permitem demonstrar os destinos possíveis dentro da lógica exclusiva.

Ainda segundo Torres, essas operações “criam o *vel*, fazendo passar o *não penso e não sou*, ao *não penso ou não sou*” (Torres, 2010, p. 178). Mantida a relação de exclusão, interessa a intersecção pela negação do *Cogito*. É pela reunião do não ser com o não pensar, que se promove uma subversão, particularmente lacaniana, ao formalizar, através do Grupo de Klein no Seminário XV, a experiência de análise.

Se é dado ao sujeito, como mencionamos acima, depois de ter passado pela experiência de análise, a posição de ter atravessado as fronteiras dos processos identificatórios em direção a uma não submissão completa e alienante ao Outro da linguagem, é preciso perceber que ela não é fixa e estabelecida. Entendemos que precisamente reside aí um cuidado, já que esta menção pode denotar que ao final de um percurso analítico, seria possível vivenciar a queda de todas as identificações. Talvez o destaque devesse se dar mais propriamente para o fato de que o atravessamento da fantasia teria um caráter estruturante na medida em que adverte o sujeito para um ponto que está posto fora da fantasia, não sendo mais possível (ex)sistir fora dela.

Pensar que alguém possa aceder à uma condição de *analisado* seria talvez um contrasenso se pudermos observar que tomar este dito lacaniano como verdade em si, também seria um tipo de ideal erigido. No seminário do ato psicanalítico, Lacan diz que não há psicanalisado, mas sim, um *tendo sido psicanalisante* (Lacan, 2001 [1967-68], p. 64). Ele descreve assim o destino de um tratamento, utilizando o gerúndio condicional para demarcar as consequências do ato na torção do rumo da posição subjetiva. Implica uma noção de movimento e de passagem que talvez nos diga o quanto uma posição idealizada iria na contramão do que estava tentando propor.

Tendo isso em vista, acreditamos que essa discussão seria mais produtiva se atentarmos ao destaque que Lacan deu ao termo *destituição subjetiva*. Esse termo não implica uma perspectiva idealista, como se no horizonte houvesse um lugar a ser alcançado por aquele que percorreu o “caminho das pedras”, mas sim demarca uma condição de suspensão do excesso de determinação operado pelos processos identificatórios.

Estar destituído subjetivamente implica, segundo Menegassi (2010) em dissertação específica sobre o tema: “dizer que o sujeito, na análise, vai desde a sua instituição enquanto incógnito ou corte, até a sua destituição enquanto sujeito que elabora e aceita a perda da indeterminação interminável através do efeito de castração e conclui” (Menegassi, 2010, pp. 53-54).

Desta forma, é justamente a direção contrária à identificação que Lacan nos aponta, na medida em que, estando advertido de sua castração, o sujeito poderia fazer uma aposta desarticulada da posição de saber, ou seja, destituída do excesso de colagens imaginárias e então, abrir espaço para a invenção de uma nova posição.

2.4 O Grupo de Klein com o ato no eixo contrário da transferência

Foi na formulação sobre o Grupo de Klein que Lacan nos apresentou ao que entendemos aqui como uma possibilidade de formalização dos processos transformativos ocorridos na

experiência psicanalítica. Extraído de um recurso matemático proposto por Marc Barbut (1996) no artigo intitulado *Sobre o sentido da palavra estrutura nas matemáticas*, Lacan, a seu modo, como comumente vemos nas apropriações de conceitos em sua obra, propõe utilizarmos este modelo matemático para pensarmos os passos de uma análise.

A utilização do recurso do Grupo de Klein vem desde o seminário do ano anterior, *A lógica da fantasia* onde Lacan (2008a [1966-1967]) apresenta, a partir do texto freudiano *Uma criança é espancada* (Freud, 1919), a divisão constituinte provocada pela fantasia através da operação alienação, operação esta que explora o fato do sujeito não se reconhecer em um desejo que é na verdade seu. A montagem da fantasia se apresenta aqui também como um ato.

A Figura 2 a seguir, aparece como uma elaboração lacaniana na apresentação da aula do dia 10 de janeiro de 1968. Esta figura já vinha sendo trabalhada até mesmo no seminário anterior (Lacan (2008a [1966-1967])). Na forma de um tetraedro, Lacan estabelece quatro posições representadas pelos círculos de Euler e destas quatro posições ele deriva três operações (alienação, verdade e transferência).

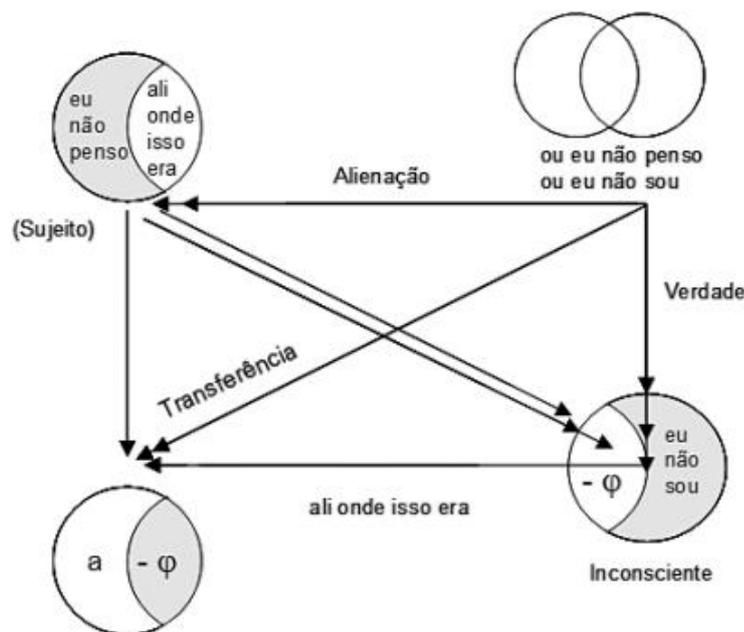


Figura 2. O Grupo de Klein segundo Lacan.

Fonte: Lacan, J. (2001). *O ato psicanalítico*. Seminário 1967-1968. Porto Alegre: Escola de estudos psicanalíticos. p. 80.

É importante destacar que não à toa a figura é de um tetraedro, pois em sua especificidade, ela impede o excesso de esquematização já que se organiza em três dimensões no espaço. De acordo com Dissez, “com esses quatro lugares e essas três operações, temos algo como uma bateria mínima que permite dar conta da alienação fundamental do sujeito e da

possibilidade de que haja ato psicanalítico” (Dissez, 2005). O fato de apresentar o Grupo de Klein como uma formalização tridimensional permite destacar a importância de não se tomar o tratamento com um excesso de esquematização.

Nas Figuras 3 e 4, optamos por apresentar o Grupo de Klein proposto por Lacan, dividido em quadrantes como forma de percorrer textualmente a formulação. Da esquerda para a direita, os quadrantes são dispostos conforme o movimento intrínseco aos processos transformativos nela localizados.

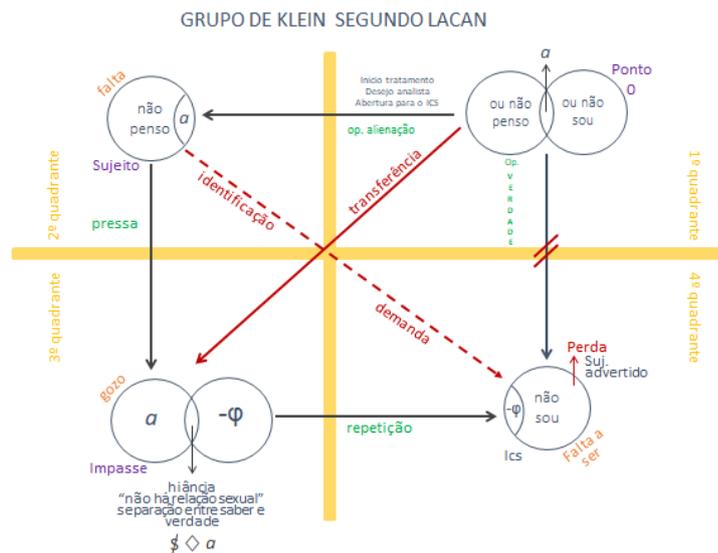


Figura 3. O Grupo de Klein e a disposição das noções intrínsecas a ele.

Analisando separadamente os diferentes quadrantes, podemos observar que, no primeiro quadrante situado acima e à direita, encontramos o ponto 0 (zero) (Figura 4).

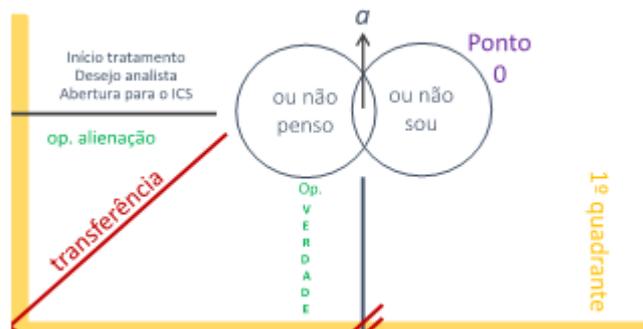


Figura 4. Primeiro quadrante.

O ponto onde dois conjuntos: o *ou não penso* e o *ou não sou*, se interseccionam no momento inicial. Três vértices partirão desta formação: o vértice da operação alienação, da transferência e da operação verdade.

No primeiro vértice (na flecha superior, da direita para a esquerda), Lacan localiza a operação alienação, o primeiro passo, o momento inicial da análise; aquele que a partir de uma abertura para o inconsciente, o desejo do analista em escutar, põe em funcionamento o início do tratamento.

Segundo Torres (2010), à operação alienação Lacan associa a uma escolha forçada. Forçada no sentido que demarca a radicalidade da posição ética como uma tensão entre determinação e liberdade, “uma decisão diante do indecível” (Torres, 2010, p. 180). É por este viés que foi abordado o pensamento de Pascal enquanto estrutura de aposta no seminário seguinte, *De um Outro ao outro* (Lacan, 2008b [1966-1969]), na medida em que permite trabalhar a inconsistência da instância do Outro no campo da linguagem. Esta formulação será contemplada mais adiante.

Seguimos acompanhando a figura agora localizada no segundo quadrante (Figura 5).

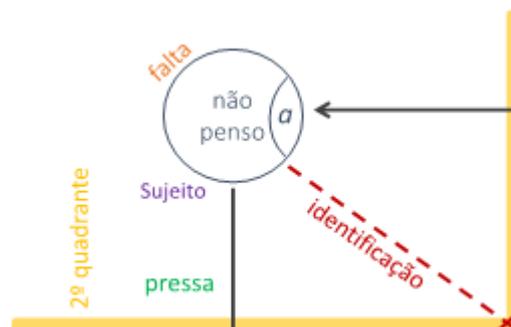


Figura 5. Segundo quadrante.

Este vértice acima e à direita, deriva para o segundo conjunto onde, por exclusão do conjunto *não sou*, se apresenta apenas o não penso como elemento inicial de aparição de um sujeito dividido pela falta constituinte apesar de carregar consigo, mesmo que ainda não a reconheça, a marca do objeto causador do desejo. Este momento preambular se caracteriza pelo início de um percurso analítico, já que o sujeito se vê instalado em uma dimensão de enigma em seu sofrimento, que o faz se perguntar sobre o que o determina. Poderíamos caracterizá-lo como o tempo das primeiras entrevistas, ou associando com a formulação do tempo lógico, um instante de ver.

Do conjunto *não penso*, no segundo quadrante, derivam dois vértices onde, de um lado, a função da pressa, como vimos nas considerações sobre o tempo lógico, precipita um movimento em direção ao ou do quadrante inferior (Figura 6).

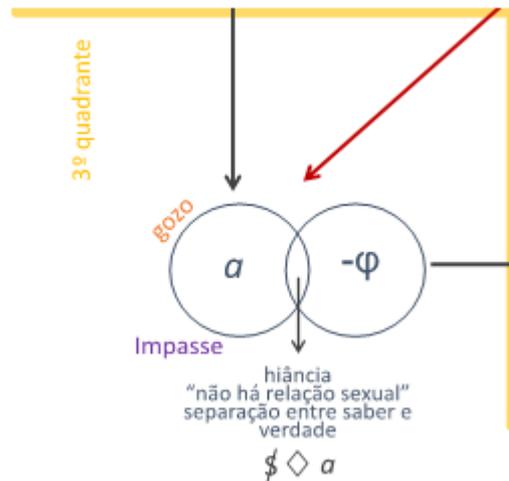


Figura 6. Terceiro quadrante.

Este *ou*, localizado no terceiro quadrante, contém a intersecção que representa o impasse da confrontação entre o objeto que causa o movimento desejante e o elemento, deduzido da divisão subjetiva, chamado por Lacan, $-\phi$ (menos *phi*, letra grega minúscula, referência a perda do falo em sua dimensão imaginária). Neste elemento apresentado como o lugar do impasse, poderíamos localizar o conceito de gozo, tão importante na obra lacaniana por substancializar o modo como o sujeito se defende do encontro com o desejo.

Neste mesmo quadrante, entre o conjunto a e o conjunto $-\phi$, encontramos uma intersecção caracterizada pela hiância que representa a não complementaridade da relação sexual de acordo com o axioma lacaniano. A disjunção entre saber e verdade, formalizada por intermédio da fórmula da fantasia ($\$ \langle \rangle a$) demonstra o quanto a obturação pelo saber impossibilita ao sujeito o encontro com a verdade.

De acordo com Kessler (2009):

Ao final destes vários movimentos, temos uma espécie de balanço da posição de Lacan a esse respeito, situando a fórmula do sujeito na fantasia, com a célebre definição do operador $\langle \rangle$ (punção) e uma nova caracterização acerca do a , enquanto o que resiste à significantização, fundamento (e, portanto, causa) perdido do sujeito desejante. (Kessler, 2009, p. 47)

Deste terceiro quadrante, prossegue o vértice da repetição. Conceito fundamental, a repetição aparece como o movimento no qual o sujeito ficaria preso no tempo de compreender. Em tendo se deparado com a falta de complementaridade do objeto, a tentativa de restituição vai produzindo voltas na demanda. O eu não se reconhece, pois ocorreria uma certa disjunção entre o lugar da verdade e o saber inconsciente.

Para voltarmos um pouco nesta descrição, ainda derivada do segundo quadrante (Figura 5), no conjunto não penso podemos localizar o vértice que vai dessa diagonal esquerda superior, para o conjunto diametralmente oposto, qual seja, o localizado no quarto quadrante (Figura 7).



Figura 7. Quarto quadrante.

Este vértice parte de um caminho inicialmente denominado com o conceito de identificação e ao atravessar a diagonal contrária, onde Lacan localiza a transferência, passa a operar como demanda em direção ao lugar do conjunto *não sou*.

Este conjunto, o lugar da falta a ser, poderíamos situá-lo como o próprio lugar do inconsciente. Aquele que, desde uma operação de perda, produz o sujeito advertido de sua condição faltante. Eis o destino último da sequência transformativa que por redução ao *penso onde não sou por isso sou onde não me penso*, impõe ao sujeito a condição paradoxal da “escolha forçada” ou seja, escolher sustentar o desejo para além da garantia do Outro.

Voltando ao primeiro quadrante (Figura 4), não deixemos de observar que a operação derivada do vértice que vai do conjunto *ou não penso/ou não sou para* ao conjunto *não sou* (localizado no quarto quadrante) denominada operação verdade, aparece barrada ao seu acesso

imediatamente. É neste ponto que a formulação lacaniana difere da proposta pelo matemático Marc Barbut, pois para este, a sequência transformativa permitia uma involução que no grupo de Lacan não aparece como possível. Esta impossibilidade está dada justamente pelo fato de que não é possível ao sujeito retornar a uma posição em que não resta advertido de sua alienação constituinte.

Por conta desta característica não involutiva, vemos na formulação de Torres (2010) sobre o ato analítico, uma apresentação do Grupo de Klein lacaniano como um semi-grupo. “Ao definir seu esquema como um semi-grupo, sabendo disso ou não, Lacan livra-se de um dos axiomas do Grupo de Klein” (Torres, 2010, p. 178), ou seja, a condição não involutiva (que como nos aponta Torres, em Lacan é decididamente involutiva já que não é possível voltar ao mesmo ponto), fica resguardada. Se não fosse assim, o sujeito permaneceria como esteve até então, determinado pela condição de repetição.

Cabe aqui uma observação pontual acerca da cronologia implícita na sequência transformativa. Na figura apresentada por Lacan (Figura 2), vários vértices partem e chegam em mais de uma direção possível. Em nossa descrição (Figuras 3 a 9), suprimimos os variados vértices não como forma de desconsiderá-los, mas sim para fins didáticos, visto que nos permitiu organizar a sequência de forma explicativa. Concordamos com Vegas (2013), quando nos apresenta que:

Apesar de Lacan indicar um percurso em Z espelhado, nada indica que isso ocorra apenas neste sentido e numa sequência cumulativa, pois isso implicaria primeiro que fossem trabalhadas todas as identificações para então se adentrar no campo da verdade. Como se pode ver no tetraedro, da posição inicial partem setas em todos os sentidos, marcando as diversas possibilidades de movimento que ocorrem na análise. (Vegas, 2013, pp. 102-103)

Pois eis que aqui temos elementos para acompanhar onde Lacan localiza o ato analítico dentro da sequência transformativa. O vértice do ato estaria localizado no quadrante do impasse em direção ao do ponto zero, ou seja, da intersecção entre a negação do pensar e do ser. Seria justamente fazendo o percurso inverso ao da transferência que o ato analítico, como um movimento capaz de ruptura do laço transferencial, possibilitaria a queda das coordenadas sustentadas pelo sujeito suposto saber. Do gozo à extração do objeto radicalmente vazio.

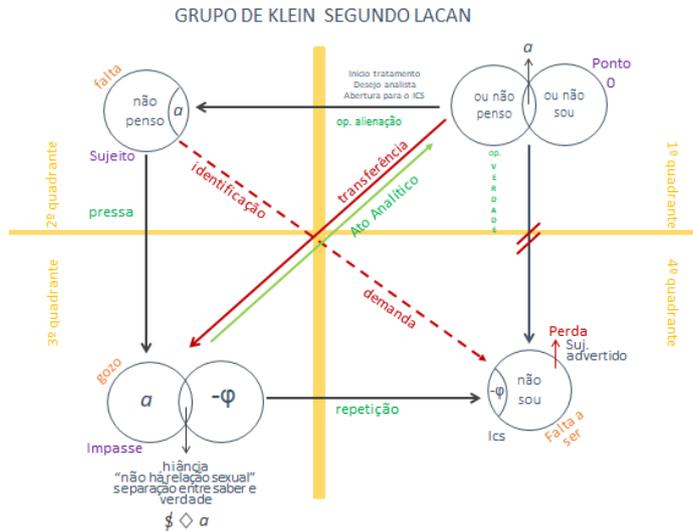


Figura 8. O Grupo de Klein com o eixo do ato analítico.

Conforme Figura 9, gostaríamos de propor uma aproximação das formulações tecidas a partir do Grupo de Klein, com uma certa disposição dos matemas dos discursos lacanianos. A despeito de levar a profundas consequências esta versão esquemática, proposta esta que extrapolaria os limites deste trabalho, entendemos que ela nos permite visualizar as mudanças de posição subjetiva que o grupo propõe.

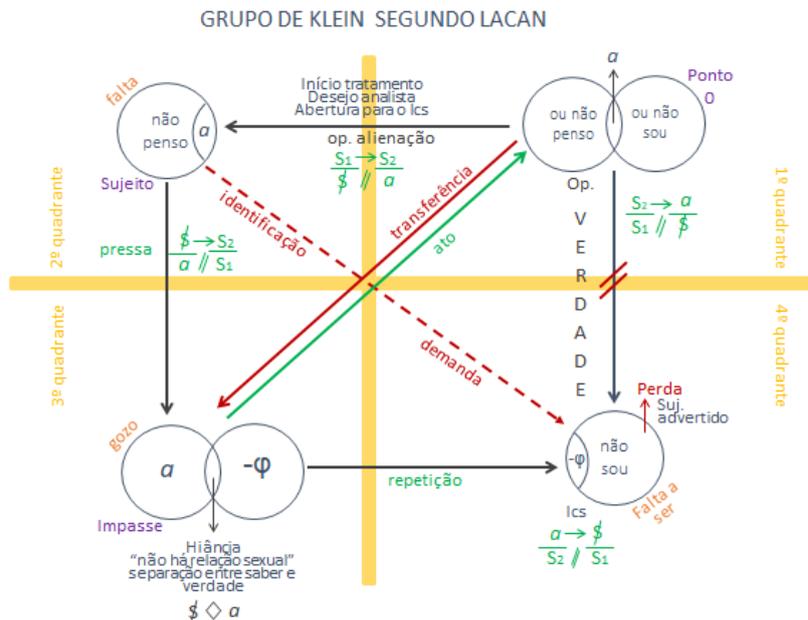


Figura 9. O Grupo de Klein com a disposição dos discursos.

Em cada quarto de volta, podemos situar um matema dos discursos a começar pelo discurso do Mestre, aquele que Lacan refere como sendo o discurso do inconsciente. Em direção ao discurso da Histórica, temos a passagem ao conjunto *não penso* como um movimento capaz de confrontar o sujeito à dimensão da falta constituinte, possibilitando assim, a emersão de uma pergunta acerca de seu padecimento. Seguindo adiante, a operação de separação do saber em relação à verdade, permite ao sujeito uma posição discursiva localizada no chamado discurso do Analista. Neste, resta ao sujeito, a partir de uma operação de perda, onde o objeto que o comanda se desprende de produzir uma complementaridade, estar advertido de sua condição de falta-a-ser. O discurso do Universitário, localizamos ali onde Lacan barra o acesso, por não permitir, nesta operação, a passagem pela disjunção entre saber e verdade.

3 O que se ganha com a proposição do ato analítico

3.1 A diferença fundamental da proposição do ato analítico em relação à teoria dos discursos

A essência da teoria psicanalítica é um discurso sem fala.

Jacques Lacan

Uma discussão que costuma ser frequente é a de se a formulação lacaniana dos discursos, desenvolvida mais propriamente no seminário XVII - *O avesso da psicanálise*, poderia ou não ser a resolução do impasse ocorrido na proposição do ato analítico (Dunker, 2011a; Torres, 2013). O seminário sobre o ato foi interrompido por ocasião dos acontecimentos de maio de 68 e quando retomado, Lacan passa a explorar mais fortemente a noção de discurso.

Gostaríamos de sustentar a posição de que as contribuições sobre o ato analítico, comportam uma oportunidade de pensar o movimento contido nas operações características dos processos de tratamento e de cura⁶ em psicanálise, para além das montagens sintomáticas como formação de compromisso, e portanto, para além das posições discursivas que impliquem um fechamento da cadeia associativa.

⁶ Destacamos aqui um interessante trabalho intitulado *Dimensões da cura em psicanálise*, de autoria de Tiago Iwasawa Neves. Neste livro, originado de uma tese de doutorado na Universidade Católica de Pernambuco, podemos ver apresentada a hipótese da importância do resgate do conceito de cura em psicanálise e que ele se distinguiria, mas não substituiria a noção de tratamento. Nas palavras do autor: “a cura é a vida, naquilo que ela tem de potência própria de realização de arranjos impossíveis, vivida de forma transformada (...). “Nova forma de estar no mundo”, “invenção” e “criação” são maneiras de definir a cura como uma experiência” (Neves, 2018, p. 25).

Para tanto, há que se orientar prospectivamente, pelas noções básicas da formulação dos discursos, o quanto necessário para sustentar nosso argumento de que a proposição do ato analítico não é passível de sobreposição, já que implica uma operacionalidade que diz do movimento desejante e de uma lógica de não relação das figuras envolvidas, enquanto que as disposições discursivas denotam justamente uma relação entre os lugares estabelecidos.

A partir do seminário XVI - *De um Outro a outro*, Lacan (2008b [1967-1968]) formaliza os modelos propondo estruturas fundamentais, capazes de considerar a disposição de certos lugares das figuras implicadas (Figura 10).

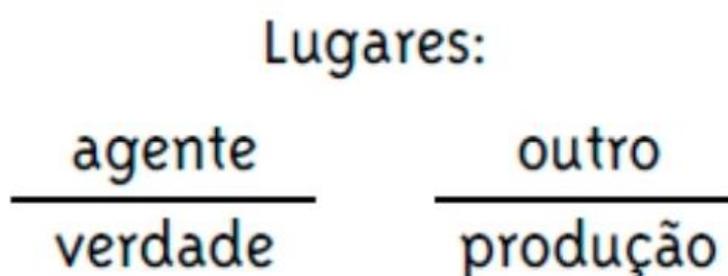


Figura 10. A disposição dos lugares na proposição dos quatro discursos.

Fonte: Lacan, J. (1992). *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise, 1969-1970* (Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

O lugar do agente é onde podemos encontrar o desejo; aquele que ordenaria e dominaria o que é relativo ao discurso; aquele que falaria se dirigindo ao outro. O lugar do outro é o lugar do trabalho, aquele que recebe a demanda endereçada. A produção constitui o resultado enquanto perda, ela comparece como o efeito do discurso. O lugar da verdade, se refere à dimensão inconsciente enquanto o que alicerça o discurso.

Partindo das posições discursivas que Lacan escolheu denominar, do Mestre, do Universitário, da Histórica e do Analista⁷ (conforme quadro da página seguinte), circunscrevem-se quatro formas possíveis de habitar o campo da linguagem. Uma lógica discursiva que é sempre referida à pressuposição de uma relação, pois o discurso é sempre endereçado, mesmo quando aparece fora da dimensão da palavra falada.

⁷ Lacan no seminário de 1972, faz uma breve referência ao que seria um quinto discurso, o do capitalista, mas no entanto, essa formulação não chega a ser desenvolvida de forma objetiva apesar de muitos pós-lacanianos terem se dedicado e ainda se dedicarem ao desenvolvimento desta proposição. Destacamos os trabalhos de Braunstein (2010) e Souza (2018).

Assim como na disposição dos lugares na equação, os elementos envolvidos também são da ordem de quatro. O S1 representa o significante primordial. Aquele que inaugura a cadeia associativa mas que só é passível de reconhecimento, a partir de um desfilamento das figuras significantes. *A posteriori*, o significante primordial, também chamado significante mestre, pode assumir sua posição de fundador da sequência associativa. O S2, o saber, vem como meio de dar prosseguimento à condição discursiva e tem a função de representar todos os significantes que compõem a cadeia, todos referenciados ao lugar inaugural do S1.

O \$ (sujeito barrado) está para representar a condição cindida do sujeito, advinda da incidência da castração que promoveria a perda do objeto suposto de sua complementaridade, chamado (pequeno) *a*. As considerações mais específicas sobre este conceito, o de objeto *a*, estarão contempladas à frente neste trabalho já que se julga um desdobramento necessário dentro da noção de indeterminação.

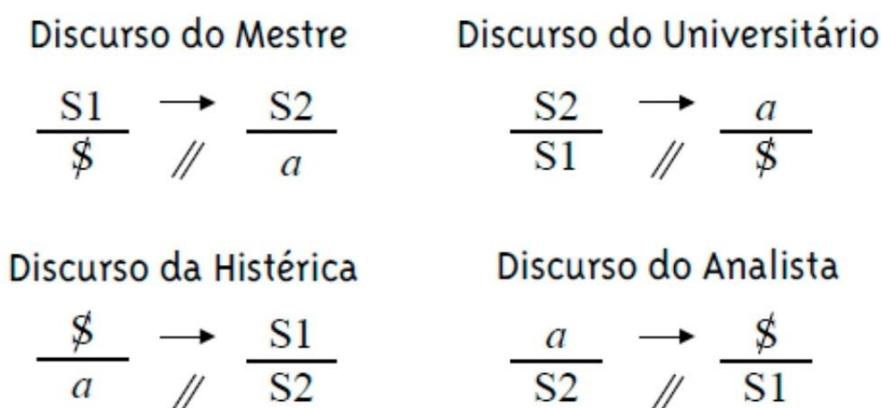


Figura 11. Os quatro discursos de Lacan.

Fonte: Lacan, J. (1992). *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise, 1969-1970* (Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

O que nos cabe aqui aprofundar diz respeito ao fato de que um movimento constante está posto no estabelecimento das posições discursivas; um *entre* representado por um quarto de volta, segundo Lacan, que permite a mudança de lugar dos elementos envolvidos. Talvez essa seja uma das maneiras possíveis de formalizar a operação intrínseca nos discursos, uma vez que ela implica, como a noção de ato, uma ruptura e ao mesmo tempo o relançamento a uma nova posição discursiva. A teoria dos discursos também utiliza a lógica da composição transformativa contida no Grupo de Klein.

Lacan parte da determinação do discurso do Mestre como equivalente ao discurso próprio do inconsciente, onde o elemento S1 está posto no lugar de agente causador da cadeia

significante que, como vimos na figura acima, implica um movimento lateral, de quarto de volta, para S2. Seguindo no sentido horário, por sobre a barra, o encontramos na posição do outro, acima do objeto a, aqui na posição de produto, de resto daquilo que não pode ser recoberto pela cadeia discursiva. Do outro lado e por consequência impedido de estar em correlação com o objeto causador do desejo, temos o \$ no lugar da verdade. Lugar este encoberto, não diretamente acessível senão pelas suas formações.

Os discursos da Histórica e do Universitário são movimentos lógicos derivados do reposicionamento dos elementos a partir da instalação do sujeito referenciado ao Outro da linguagem. Outro este, definido por Lacan como o lugar, a instância de onde todos os significantes provêm e que situa por anterioridade e exterioridade, o lugar do sujeito no mundo (Chemama, 1995), regulando desta forma a distribuição das modalidades de gozo.

O quarto discurso nos interessa desenvolver de forma especial. Ele é importante na medida em que sendo a formalização do discurso do Analista um modo de relação, uma forma de se dirigir ao Outro (assim como os outros discursos), permite pensar o ato a partir do que poderíamos definir como um paradoxo ou uma impossibilidade lógica, qual seja, a condição de não relação constituinte na ruptura da cadeia simbólica organizada em termos de significantes. Se por definição, a ideia de ato implica a instauração de uma outra cadeia, não poderíamos sustentar que a formulação do ato analítico entra justamente no lugar vazio deixado pela suspensão das coordenadas simbólicas dadas pelos discursos?

A dissolução da transferência implicaria precisamente isso. Quando o saber suposto sofre a queda característica dos fins de análise, o que ficaria evidente é a ruptura completa dos ideais depositados no analista. Se o laço transferencial inaugura uma relação amorosa no sentido de que o paciente deposita na figura do analista suas fantasias, o ato psicanalítico percorre um caminho distinto e depõe esse laço fazendo irromper uma prática que poderíamos nomear de desamor.

Em apresentação sobre o tema, no Espaço Singular - clínica de psicologia, em São Paulo, Dunker (comunicação pessoal, 2016)⁸ caracteriza o ato analítico como “a antimatéria da transferência”. Ora, se o vértice correspondente ao ato situa-se na mesma diagonal que a transferência, porém, figurando no sentido contrário, temos uma importante ilustração do que Lacan propõe em 67/68.

⁸ Dunker, C. I. L. (2016). Espaço Singular - Clínica de Psicologia. Comunicação pessoal.

A pergunta pelo ato analítico poderia ser descrita como uma pergunta sobre como deixar de amar ou, para ampliar a questão no que pretendemos a seguir, sobre como poder passar a uma *nova* forma de amar.

3.2 O hi(ato) no movimento entre os discursos

Ocorre que, assim propomos, se a teoria dos discursos apresenta modelos discursivos sustentados pela disposição de lugares, a proposição do ato, como já desenvolvemos, entraria justamente no lugar de formalizar o movimento intrínseco no entre os discursos, logo, sua formulação não ficaria subsumida pela apresentação dos discursos, mas antes pelo contrário, teria condições de materializar, em termos teóricos, o instante fugidio de reposicionamento do sujeito diante de sua condição desejante.

Em concordância com Dunker,

Geralmente, se lê essa evolução da noção de ato analítico para a de discurso analítico como um ganho de formalização e clareza. Sabe-se que o Seminário sobre o ato analítico é um seminário não concluído em função das manifestações operário-estudantis de maio de 1968. Assim, soa intuitivamente atraente a ideia de que um modelo de formalização complete o seguinte. No entanto, algo se perde na passagem da noção de ato para a de discurso. O ato é uma noção que procede da tradição ligada à cura, o discurso provém da superfície ligada à terapia, assim como tratamento surge em associação com a superfície clínica. (Dunker, 2011a, p. 352)

O autor propõe que existe uma diferença relevante entre clínica psicanalítica e cura psicanalítica. O fato de não haver uma distinção mais detida entre estas duas variantes, acabaria permitindo se fazer uma equivalência entre experiência da clínica e método de tratamento, o que implicaria em uma redução pela via do estabelecimento de um dispositivo, ao qual falta observar o quanto a noção de posição se liga às operações intrínsecas à experiência, no que tange ao método de tratamento.

Esta problematização deveria levar em conta essa diferença fundamental entre clínica, como variante ontológica e cura, como variante antropológica, na medida em que a cura estaria situada no campo da verdade, derivando desde aí um horizonte contemplado pela noção de ato analítico, enquanto que a clínica, associada a dimensão do Real, estaria ligada à formulação contemplada nos quatro discursos.

Em comunicação sobre Política e Psicanálise no Instituto Vox, em São Paulo, em maio de 2019, o psicanalista Ricardo Goldenberg (comunicação pessoal, 2019)⁹ formula uma questão

⁹ Goldenberg, R. (2019). Instituto Vox de Pesquisa em Psicanálise. Comunicação pessoal.

que nos parece pertinente de ser evocada neste trabalho. Ele salienta o ponto de que pode haver uma contradição em apresentar o discurso do analista como uma relação de significação. Os outros discursos (do Mestre, da Histórica, do Universitário) denotariam justamente a força que a fantasia tem sobre a estrutura produzindo relações de significação, mas o discurso do Analista evidencia na verdade, o ponto onde fracassa o sentido, jogando com a ideia de um não lugar, um lugar que é apenas operacional.

Vemos aqui o quanto a noção de ato analítico é necessária para sustentar o próprio conceito de inconsciente em Lacan. Ela está não só no ponto em que demonstra o fracasso das significações dos discursos do Mestre, da Histórica, do Universitário, ocorrida a cada giro de quarto de volta, como também, a partir do discurso do Analista, o desejo funciona como suporte às condições do fracasso das relações.

Goldenberg (2019) nos diz que o ato do analista “é a ciência da virada do discurso”. A intervenção desfaz a suposta unidade engendrada pelo ponto fixo da posição discursiva, relançando para a mudança de posição na relação com a fantasia. Daí a máxima que tantas vezes ouvimos falar de que o analista opera mais com o seu des-ser do que com o seu ser.

3.3 A não relação evidente no ato e sua dimensão de indeterminação

Se Lacan (2008a [1966-1967]) nos apresenta no seminário XIV - *A lógica da fantasia*, a partir do axioma “não há relação sexual”, que a impossibilidade de todo encontro já está dada de saída em qualquer posição discursiva, podemos daí fazer observar que o que o ato analítico evidencia é justamente essa não relação.

Esta observação pode ser recolhida, por exemplo, na distinção que Torres (2013) faz entre o ato sexual e o ato analítico:

Lacan passa a mencionar que, com relação ao “ato sexual”, ele não há. Expressão que condensa pelo menos duas concepções fundamentais em nosso entender. Em primeiro lugar porque se articula a ideia de que a fantasia é uma tentativa de fazer acontecer o ato que faria a conjunção dos sexos, mas que, ao invés disso, liga apenas um sujeito a um objeto que materializa a impossibilidade da conjunção aspirada. É por isso que Lacan pode dizer nesse momento que não há ato sexual. Em segundo, porque aponta que o que pode haver é o ato psicanalítico, que vai em sentido contrário ao tipo de laço que o ato sexual busca alcançar, na dimensão mesma dessa separação entre um Real articulado ao objeto pulsional e um Real para além dessa articulação. (Torres, 2013, p. 42)

Como vimos, a partir dessa definição, um movimento de ruptura das coordenadas simbólicas precisa acontecer para que o sujeito emerja sob um outro balizamento significativo,

um rearranjo da cadeia. Lacan situa neste momento o registro da perda (que também pode ser observada acima na Figura 3). É esse acordo impossível com a instância do Outro, marcado de forma irreduzível pela perda, que Lacan assinala na sequência do Grupo de Klein com o - φ já que se trata de uma perda referente à castração.

Isto indica uma orientação, uma passagem, uma operação lógica. Dela deriva o sujeito que não é nada mais do que o efeito de relação com sua própria palavra já que impotente em reconstituir o objeto de completude. Mas se estamos tentando contornar o incontornável, e se só podemos acessá-lo pelos seus efeitos, é importante sublinhar uma certa negatividade que aparece como central nesta teorização.

Como dissemos acima, o ato analítico pressupõe uma condição de indeterminação que gostaríamos de poder explorar neste trabalho. Queremos crer que a queda dos determinantes simbólicos ocorrida pela precipitação de uma experiência de descentramento contida no ato, carrega em si uma potência clínica capaz de alinhar o sujeito com sua condição desejante. Mas como e por que isso acontece? Começemos pela disjunção que Lacan faz entre os termos saber e verdade.

Já em 1965, no seminário sobre o objeto da psicanálise, podemos perceber uma distinção que será retomada em 1967 pela via da proposição do ato. Associada às considerações do *Cogito* cartesiano, Lacan (2001 [1967-1968]) vai apresentando, a partir da derivação de definições aristotélicas sobre a causalidade, a ideia de que a verdade é sempre causa do saber e não que o saber é necessariamente construído sob o pilar da verdade. Isto, no entanto, não é imediatamente apreensível para o sujeito, já que a divisão constituinte o impede de aceder sobre o que seria a verdade do seu desejo.

Partindo de uma construção sobre os tipos de saber, Lacan vai fazendo uma distinção entre os modos que estes saberes atuam no mundo. Da religião, da magia, da ciência e da psicanálise, ele destaca que estas são formas diferentes de operar com a verdade, mas que em suma, todas têm apenas uma verdade como causa, a verdade do inconsciente.

Tomando o sujeito da ciência como paradigma para exemplificar o que estava propondo, Lacan não diferencia este, do sujeito da psicanálise. No entanto, subverte seu significado na medida em que o desassocia do conceito de consciência e o apresenta como submetido às regras da linguagem, articulando-o a uma teoria do significante. É no deslizar da cadeia que esse sujeito emerge como um efeito e isto propriamente evidencia sua divisão pois é desde um significante primordial que o representa, que um outro pode surgir, mas isto, no entanto, ao mesmo tempo que estabelece uma articulação, promove seu apagamento.

Partimos deste ponto para aproximar o conceito de ato analítico da ideia de indeterminação. A divisão constitutiva traz de saída uma hiância, um *entre* (como no título deste trabalho), que poderíamos ler como o primeiro elemento de indeterminação em uma estrutura marcada pela tentativa repetida de restauração. Restauração esta que Freud leu como compulsão à repetição e pôde daí postular o conceito de pulsão de morte desenvolvido amplamente no texto *Além do princípio do prazer* (Freud, 2010 [1917-1920]).

Nesse texto freudiano, é apresentada uma nova concepção da teoria das pulsões. O termo *além* no título do escrito, remete a uma aproximação da metapsicologia à metafísica, o que não deixa de assinalar uma certa condição de indeterminação.

4 A potência do indeterminado

Muitas são as formas de apresentação da noção de indeterminação. Podemos recolher inúmeras proposições na teoria psicanalítica capazes de ilustrar o quanto esta concepção perpassa os conceitos e vai sustentando pilares decisivos para a operacionalidade da psicanálise. Para fins de poder desdobrar a contento cada um dos elementos conceituais, e pelo limite característico desta modalidade de pesquisa, optamos por apresentar apenas alguns daqueles que julgamos notáveis.

4.1 Alguns elementos da indeterminação em Freud

4.1.1 O conceito de inconsciente

O inconsciente é um saber cujo sujeito permanece indeterminado.

Jacques Lacan

Como na citação em epígrafe, o próprio conceito primordial da psicanálise, o inconsciente, carrega consigo uma condição indeterminada tributária de todos os esforços desde Freud, de circunscrever uma “teoria da mente”.

Este conceito por si só comportaria não apenas muitas dissertações, como teses específicas. Porém, neste trabalho, nos limitaremos a percorrer sua dimensão de indeterminação

associada ao termo, que, segundo Roudinesco, já tendo sido empregado por outros teóricos¹⁰, tomou todo seu estatuto conceitual com Sigmund Freud (1856 - 1939) que o utilizou para desenvolver um novo campo de saber.

De acordo com a autora mencionada, “o inconsciente . . . tem a particularidade de ser ao mesmo tempo interno ao sujeito (e a sua consciência) e externo a qualquer forma de dominação pelo pensamento consciente” (Roudinesco, 1998, p. 375), o que nos faz observar a condição indefinida em termos topológicos, que sabemos ter aberto espaço no entendimento de Lacan sobre a sua estrutura homóloga à linguagem.

Partindo da experiência, casos clínicos e também de seus casos particulares, Freud constatou que nem todas as ações humanas tinham explicação racional ou eram conscientes. Ao observar a ocorrência dos sintomas, assim como os sonhos, os chistes, os atos falhos, ele supôs a existência de um outro lugar no psiquismo; aquele que seria responsável por todas estas ocorrências que, como não voluntárias, comporiam um aspecto obscuro do humano.

Para resgatarmos as considerações de Garcia-Roza:

O fato é que, ao percorrermos o caminho empreendido por Freud - caminho esse que jamais poderá ser o “original”, mas um caminho recorrido -, verificamos que seu começo, irreduzível a qualquer origem estrangeira, é a produção do conceito de inconsciente que resultou numa clivagem da subjetividade. A partir desse momento, a subjetividade deixa de ser entendida como um todo unitário, identificado com a consciência e sob o domínio da razão, para ser uma realidade dividida em dois grandes sistemas - o Inconsciente e o Consciente - e dominada por uma luta interna em relação a qual a razão é apenas um efeito de superfície. (Garcia-Roza, 1985, p. 22)

É muito interessante observar como Freud (2010 [1914 - 1916]) foi argumentando sobre o conceito que estava propondo no texto de 1915, *O inconsciente*. A especificidade de ter de apresentar uma noção que, por sua natureza, não permitia uma comprovação baseada na empiria, o levou a percorrer um árduo caminho na tentativa de inscrever a ideia de inconsciente dentro de um campo de saber positivo como a medicina.

Ele inicia o artigo destacando que se trata de poder perceber que nas manifestações da consciência existem fenômenos lacunares que deixam antever um espaço psíquico que aponta para um fora da percepção, um campo indeterminado, portanto. Não deixemos de observar que foi neste texto, que Freud anunciou de forma contundente sua *metapsicologia*, termo que por si

¹⁰ Referência ao livro publicado em 1960, *The unconscious before Freud: a history of the evolution of human awareness*, de Lancelot Law Whyte (1896 -1972), filósofo, físico e historiador escocês do início do século XX, bem como por Henri Ellenberger (1905-1993), psiquiatra e criminologista canadense, também do início do mesmo século e ao seu livro, *The discovery of unconscious* de Henri Frédéric Ellenberger, 1970.

aponta para um fora do determinado também. É certo que em termos tópicos, dinâmicos e econômicos já temos um contorno mais apurado do fenômeno psíquico, mas no entanto, esta forma descritiva diz, na verdade, da tentativa de circunscrever o que, por essência, apresenta-se como indeterminado.

Para podermos situar melhor esse aspecto que o conceito de inconsciente comporta, relembremos o contexto particular em que a invenção da psicanálise pôde se dar. A histeria apareceu como um modo de sofrer particular, que colocava em xeque o saber médico da época e a partir dos estudos na *Salpêtrière*, junto a Jean Martin Charcot, passando pelos desafios impostos pela técnica da hipnose, permitiu à Freud abrir um campo de interrogação singular. A histeria foi para Freud, uma profunda experiência que possibilitou partir de um campo desconhecido e dubitativo para a invenção de uma nova montagem discursiva.

A especificidade da psicanálise é dada pela condição de um objeto indeterminado chamado inconsciente que por sua essência, apresenta-se resistente à determinação da razão. Isto por si só implicaria adentrarmos em toda uma consideração acerca da cientificidade da teoria psicanalítica, tema que, por mais interessante, não comparece no escopo dessa pesquisa. Por hora, basta poder destacar que ao escutar o que se apresentava dissonante no funcionamento psíquico, Freud inaugurou um outro sistema de pensamento baseado na negatividade do objeto.

Isso implicaria dizer que uma nova modalidade de discursividade entrava em questão. Passar do saber médico, baseado na anatomia, para uma construção teórica baseada na dedução de uma instância psíquica que subvertia toda a organização do pensamento racional, acabou por conferir uma nova ferida narcísica ao ser humano, retirando da racionalidade o protagonismo em definir a sua existência. Ponto candente, na nossa opinião, do quanto a psicanálise tem vocação para o indeterminado e o quanto esta noção costura todo o seu edifício teórico.

4.1.2 O infamiliar

É de um texto freudiano de 1919 que consideramos vir a melhor ilustração da noção de indeterminação dentro da teoria psicanalítica. Nomeado *Das unheimlich*, traduzido como *O estranho* (1996, Imago), *O inquietante* (2010, Cia. das Letras) ou mais recentemente como *O infamiliar* (2019, Autêntica), este conceito é uma importante elaboração, ostensivamente valorizada por Lacan (2005 [1962-1963]) em sua obra, por permitir apresentar o tema da angústia de forma muito produtiva. Neste escrito, Freud (2019 [1919]) dá forma à uma intuição capaz de demonstrar toda a genialidade e sensibilidade das suas percepções quando se tratava de interpretar as manifestações psíquicas. Nele, o modelo recorrente da experiência de

descentramento, do irresoluto, do ambíguo (enfim, das várias formas de tentar nomear o inominável), aparece como paradigma da condição de indeterminação.

No texto de 1919, Freud (2019 [1919]) faz uma investigação rigorosa sobre a etimologia do termo conceitual que estava tentando cunhar: *unheimlich*. Ele percorre os significados nos dicionários e em nenhum momento pretende ocultar a dificuldade de estabelecer conexões definitivas. Na língua portuguesa, por ser um vocábulo intraduzível do alemão, *unheimlich* denota um profundo caráter de ambivalência e põe acento na negação expressa pelo prefixo *un*. O radical *heim* pode ser traduzido como ‘lar’, mas que ainda assim comporta uma derivação para a ideia de ‘segredo’, de ‘oculto’. Estes parecem paradoxalmente termos contrários já que o que é familiar não deveria figurar como oculto. *Heimlich* é passível de ser traduzido como dissimulação, sagrado ou mesmo situação que gera mal estar (Iannini & Tavares, 2019) e no entanto, remete ao mesmo tempo àquilo que é reconhecido como mais íntimo e pessoal.

Em recente edição bilíngue, como indicamos logo acima, que traz como proposta traduzir *Das unheimliche* (1919) por O infamiliar, Iannini e Tavares, no texto de introdução, discutem a dificuldade de tradução que o termo impõe e demarcam a importância de poder manter a ambiguidade própria do vocábulo proposto por Freud. Em suas palavras:

. . . “infamiliar” é a palavra em português que melhor expressa, tanto do ponto de vista semântico como do morfológico, o que está em jogo na palavra-conceito *Unheimliche* em seus usos por Freud. Não porque “infamiliar” expresse o “mesmo” conteúdo semântico do original alemão ou porque se situe numa rede conceitual “equivalente”, mas justamente pela razão inversa. O “infamiliar” mostra que o muro entre as línguas não é intransponível, mas também que a passagem de uma língua a outra exige um certo forçamento. O “infamiliar” não é, nesse sentido, resultado da fidelidade à língua de partida, mas o vir à tona da infidelidade que tornou possível a transposição do hiato entre as línguas. É uma marca visível da impossibilidade da tradução perfeita. Assim, não deixa de ser também uma “intradução”, que, em vez de esconder o problema da inevitável equivocidade da tradução, o faz vir à tona. (Iannini & Tavares, 2019, p. 10)

Não à toa optamos por esta contribuição em termos de tradução. Consideramos que ela apresenta uma camada a mais na compreensão do conceito de Freud em termos de valorizar a dimensão da indeterminação. Sem ocultar o intraduzível, o termo “infamiliar” consegue explicitar a perspectiva ambígua que se descortina não só na experiência psíquica, mas também e por consequência, na palavra escolhida por Freud para representá-la.

Se formos situar historicamente, em 1919, Freud estava às voltas com sua terceira teoria das pulsões. Depois de concentrar em pulsões sexuais (1914), as pulsões do eu e as pulsões sexuais (1905), ele apresenta uma formulação que distingue as pulsões de vida da pulsão de

morte no texto *Além do princípio do prazer* (1920) que já estava pronto à época da elaboração sobre o infamiliar.

No decorrer do texto de 1919 podemos encontrar a afirmação de Freud de que teria sido impelido ao estudo do tema. Isto se deve provavelmente pela conclusão paradigmática de que haveria no humano uma força capaz de tensionar o movimento libidinal de conservação da vida para um estado de apaziguamento das tensões, que ele acabou por postular como pulsão de morte.

Em carta à Sandor Ferenczi, Freud (12/05/1919) teria mencionado que havia desenterrado um “velho trabalho” pela inquietação com o tema da morte. A retomada desta formulação que há algum tempo havia sido abandonada, teria advindo do fato de estar se perguntando sobre as questões apresentadas pelos “neuróticos de guerra” que escutava. Ao voltarem do *front*, eles não conseguiam se separar das lembranças traumáticas do que haviam vivido; seus sonhos re-invocavam as cenas das batalhas repetidamente, contrariando o que havia concluído na *Interpretação dos sonhos* (1900) de que “os sonhos eram realizações dos desejos”.

Biógrafos como Elisabeth Roudinesco (1998) ainda remetem o momento da formulação freudiana sobre o infamiliar à outros dois momentos: a observação do jogo do *Fort da*, onde o sobrinho de Freud jogava um carretel e o puxava novamente para representar a ausência angustiante que a saída da figura da mãe produzia e ainda à reação terapêutica negativa, ambas formuladas em *Além do princípio do prazer* (1920), como compulsão à repetição.

Na compulsão à repetição uma certa ilusão de retorno ao mesmo ponto se apresentaria porque, de acordo com Costa (1998), a fixação em uma imagem na experiência do infamiliar (centramento no olhar), conferiria uma dimensão de fracasso à interpretação (Costa, 1998, p. 35) pela “disjunção entre o lugar enunciativo e o saber” (Costa, 1998, p. 36) que se apresenta. Aí também poderíamos recolher um aspecto indeterminado já que o “eu” não se reconhece naquilo que se precipita.

Uma outra especificidade do texto de Freud (2019 [1919]) e que gostaríamos de destacar de forma especial é o fato de ser uma investigação pautada em uma obra literária. No conto *O homem da areia* de E. T. A. Hoffmann, publicado em 1817, podemos ver representada uma narrativa fantástica tomada por Freud para ilustrar a experiência equívoca e aterrorizante contida no infamiliar.

No conto, um jovem chamado Nathanael, afastado de sua família por ocasião de seus estudos, encontra um vendedor de barômetros acreditando ser ele o advogado, nomeado Coppélius, responsável pela morte violenta de seu pai quando ainda era uma criança. O

vendedor, sr. Coppola, carrega um nome semelhante ao do advogado referido, o que acaba por afirmar ainda mais a identificação. A lembrança de Coppélius, associada por Nathanael à figura aterrorizante de um "homem da areia" (artimanha esta imputada às crianças para convencê-las a ir para a cama) que visitava o pai sempre à noite, o assombra por toda a vida, trazendo sempre a experiência traumática da morte do pai.

Ao escrever para sua noiva Clara, Nathanael menciona o temor em relação ao advogado Coppélius (reeditado pela imagem do vendedor Coppola), ao que Clara lhe chama a atenção dizendo que isto não passava de sua imaginação infantil, pois aquele "homem da areia" que ele tanto temia, era na verdade, um alquimista e que a morte de seu pai, longe de ser consequência dos poderes nocivos do advogado, tinha a ver com o risco assumido pelos dois naquelas experiências as quais os dois se entregavam.

Clara traz, nesse momento, uma dimensão de realidade ao relato de Nathanael e isso incorrerá em que ele passe a importuná-la com seus fantasmas. Os dois brigam após Nathanael ter lhe apresentado um poema onde Coppélius arranca os olhos de Clara e impede o amor dos dois. O jovem volta à cidade onde estuda e se instala num apartamento cujas janelas dão para a casa de seu professor, o físico Spalanzani. Recebe aí, novamente, a visita de Coppola, agora vendendo óculos, lentes e lunetas. Com uma dessas lentes, conseguirá ver a "filha" de Spalanzani, Olympia, e se apaixonará por ela perdidamente.

Finalmente, descobrirá que Olympia é um autômato criado conjuntamente por Spalanzani e Coppola (ou Coppélius, na imaginação de Nathanael) sendo acometido de um surto de loucura que o leva a tentar matar o professor. Após um pequeno período de aparente sanidade e reconciliação com Clara, torna a enlouquecer, terminando por se atirar de uma torre (depois de tentar matar sua noiva) ao ver Coppélius lá embaixo, no meio da multidão.

Freud explora particularmente a noção do duplo neste texto pois ela permite demonstrar o quanto o mesmo nunca se repete da mesma forma. Isto implicaria dizer que o conceito de compulsão à repetição carrega consigo um certo paradoxo. Esse paradoxo desvela uma certa fronteira indeterminada entre o que é familiar e o que é estrangeiro, o conhecido e o desconhecido. Para citar Sousa (2001):

A repetição nos desvela, portanto, a inconsistência do familiar e o artifício de sua construção. seria oportuno interrogar o que causa tal sensação num processo de repetição. Nossa hipótese é que a repetição, pelo seu aspecto de insistência, nos faz viver um movimento contínuo de passagem entre a categoria do contingente à categoria do necessário e vice-versa. Os ecos dessa passagem não são sem consequências para nossa vida psíquica. (Sousa, 2001, p. 127)

Ao trabalharmos com o texto freudiano *Das unheimliche* (1919) para esta pesquisa, não deixamos de nos perguntar se esse elemento de estranhamento no que é íntimo, contido no infamiliar, não é possível de ser recolhido também no efeito da interpretação produzida pelo ato. A queda das coordenadas simbólicas promovida pelo ato evoca uma condição de descentramento que, se associada à experiência do estranho, dá a ver o falseamento da montagem operada pela fantasia.

Não sem importância é esta noção do infamiliar para a clínica diretamente. Voltar os olhos para o que nos é estranho, conjuga elementos para lidarmos com o ambíguo, com o irresoluto. Ainda em consonância com Sousa (2001):

Freud insistiu que a compulsão de repetição, naquilo que ela implica de resistência ao novo, de busca do mesmo, desenha o limite de nossa capacidade de agir, de pensar e de viver. É neste ponto que ele alfinetou o sonho humano da infinitude e da grandeza com o obstáculo do sintoma. (...) A esperança que Freud tentou transmitir à humanidade foi de que dirigir o olhar a essas pegadas vacilantes, restituindo a partir delas uma história, permitiria que cada um pudesse eventualmente estar mais próximo da ficção de sua origem. Desta forma seria possível olhar de frente o monstro que dorme em seus braços. Este ato teria uma função de despertar. (Sousa, 2001, p. 125)

4.1.3 O Isso como pronome indeterminado

Em 1920, no texto *Além do princípio do prazer* e mais propriamente em 1923, em *O eu e o isso*, Freud (2011 [1923]) apresentou o que viemos chamar, sua segunda tópica. Depois de formalizar a organização do aparelho psíquico em termos das instâncias *inconsciente*, *pré-consciente* e *consciente*; a configuração e por consequência, os nomes dos lugares, mudaram. Estes lugares foram nomeados como *isso*, *eu* e *supereu* e se deram pela reformulação advinda da teoria das pulsões bem como de um novo dimensionamento das questões egóicas, descritas em termos de “funções inconscientes de defesa e recalque, e pela definição de uma nova tópica, na qual o isso veio a ocupar o lugar que fora do inconsciente” (Roudinesco, 1998, p. 399).

Antes partindo de uma descritividade do aparelho psíquico, agora, a apresentação freudiana se devia muito mais ao privilégio de uma função dinâmica. Mesmo as duas formulações não sendo excludentes entre si, a segunda tópica adveio da necessidade cada vez maior de teorizar esse espaço obscuro nomeado inconsciente.

Lembremos que a utilização, nas proposições freudianas, de um pronome indefinido (*es*, no original alemão) para expressar o lugar mais fora da consciência na vida psíquica, não se deu ao acaso. Baseado nos preceitos de Georg Groddeck, Freud já intuía a característica indeterminada do que acabara de inventar. Conforme destacam Laplanche e Pontalis, citando Groddeck, “... aquilo que chamamos o nosso ego se comporta na vida de uma forma totalmente

passiva e [...] somos ‘vividros’ por forças desconhecidas e indomáveis” (Laplanche & Pontalis, 1992, p. 219).

Cabe destacar a figura de Georg Groddeck, que em seu escrito *O livro de Isso* (1997 [1923]) compõe uma série de cartas à um personagem imaginário em que discute a construção de um novo campo de saber, reivindicando seu papel nesta autoria. Chegou-se inclusive a questionar a pertinência de legar à Freud a invenção da psicanálise. O fato é que Groddeck deu destaque às formulações freudianas e se propôs a percorrer um caminho que à época, ainda não encontrava a inserção que vemos hoje. Apesar de todas as controvérsias surgidas já no momento em que as formulações dos dois autores ocorria, entendemos que esta lembrança, destaca o livro como uma experiência que foi capaz de produzir consequências no estabelecimento da noção de Isso.

Recuperar esta parte da história da psicanálise nos parece importante pois podemos com isto, pôr em evidência o quanto a noção de indeterminação perpassa os inúmeros conceitos que vieram a estabelecer a teoria psicanalítica como uma proposta clínica que se diferencia das outras abordagens do sofrimento psíquico. Em psicanálise, não se parte do pressuposto de que um sistema está em desordem, e que pela intervenção pré-determinada, esse sistema precisa ser reestabelecido para seu funcionamento a contento.

Ao contrário, parte-se do princípio, e principalmente se estivermos alinhados com o pensamento de Jacques Lacan, de que a noção de um vazio indeterminado não só é essencial para a estrutura do psiquismo, como através dele, podemos mobilizar uma força transformativa de ultrapassamento das formações sintomáticas. Seguimos então, destacando alguns dos muitos momentos, em que a noção de indeterminação ocorre em Lacan.

4.2 Alguns elementos da indeterminação em Lacan

4.2.1 O objeto sem substância: a negatividade do conceito de objeto *a*

O conceito de objeto *a* na obra lacaniana tem papel fundamental. Na verdade, Lacan (1966/1967; 1968/1969; 1974/1975) chegou a dizer que sua única verdadeira contribuição à teoria psicanalítica adveio da postulação do conceito de objeto *a*. Sendo assim, é importante que possamos percorrer suas definições bem como sua operacionalidade, no que tange ao encadeamento das noções de ato analítico e indeterminação.

Assim como o conceito de pulsão em Freud, a noção de objeto *a* em Lacan parte de uma radicalidade limítrofe. Radicalidade na medida em que estabelece uma fronteira capaz de circunscrever toda a extensão da teoria psicanalítica. Em artigo, Kessler (2008) defende sua

radicalidade não b(analisável). Como conceito central, produz um ponto de inflexão que diz do fato do sujeito ser comandado por algo que é “externo a qualquer definição possível de objetividade, um lugar exterior a qualquer tentativa de interiorização” (Kessler, 2008, p. 24).

A definição do conceito de objeto *a* é dada pelo axioma “objeto causa de desejo”. Enquanto causa pode ser colocado nesta posição exterior mencionada acima e ao mesmo tempo, como um ponto de perda fundamental que acaba por promover o movimento significante. Vejamos de forma mais detalhada.

Foi a partir do seminário *O desejo e sua interpretação* (1958-1959) que a noção de objeto *a* foi adquirindo cada vez mais estatuto de conceito. Antes disso, a letra “a” minúscula era apenas usada para designar, no Esquema L, os objetos do eu (*moi*) ou por vezes, até mesmo o eu (*Je*) e ainda mais especificamente, o *outro* semelhante (*autre*), aquele que se distingue do *Outro*.

Foi no seminário dos anos 1962 e 1963 que Lacan desenvolveu, de forma mais detida, suas considerações sobre esse conceito essencial. Utilizar a letra *a* para nomear o ponto radicalmente exterior a todo sujeito (mas que o define nuclearmente), tem a sua razão. Ela é intraduzível (e portanto, indeterminada) e comparece, nas mais diferentes línguas, como a primeira letra, e no entanto, não designa sentido algum. Ela é, como nos diria Porge, “algébrica” (Porge, 2009, p. 239). Ele segue:

A intraduzibilidade de *a*, pela qual me parece que seja preciso optar, é talvez, uma das marcas de sua invenção. A invenção seria intraduzível de uma língua para outra; ela não passaria pelos desfiladeiros do sentido (*autre* = *otro* = *other*) por uma operação preliminar de equivalência do sentido, preliminar à amostra literal. Entretanto, este conserva o selo de origem, umbilical, de sua ligação com a língua francesa. Mas, uma vez feito o corte, ela não mais se dá a refazer, e é a mesma letra que é destinada a circular em todas as línguas, podendo, aliás, quando for necessário, tomar ressonâncias particulares. (Porge, 2009, p. 239)

Lacan (2005 [1962-1963]) toma o objeto *a* como sua invenção, ou seja, um efeito de discurso, do discurso analítico mais especificamente. O conceito põe no horizonte a *excentricidade* do sujeito tomando a letra mais indeterminada como objeto, definida pela sua negatividade.

Não representável no mundo, o objeto *a* é apenas passível de dedução, sempre caracterizado por sua dimensão de falta-a-ser que comparece, na medida em que investido libidinalmente, através de fragmentos parciais reduzidos por Lacan em seio e fezes, objetos de sucção e de excreção, respectivamente e ainda, voz e olhar, como objetos do desejo.

Chemama define sua incidência de forma tão ampla quanto esclarecedora (e talvez pudéssemos até dizer, poética):

. . . o objeto *a* responde nesse lugar da verdade ao sujeito, em todos os momentos de sua existência; ao nascer, à medida que a criança se apresenta, por um lado, como o resto de uma copulação, maravilha parida “*inter faeces et urinas*”; antes de tudo desejo, sob o objeto precursor em torno do qual a pulsão retorna e se satisfaz, sem esperá-lo; na constituição do fantasma, ou seja, no verdadeiro ato de nascimento do sujeito do desejo, como objeto cedido pelo preço da existência (...); na experiência amorosa, como a falta maravilhosa que o objeto amado veste ou esconde; no ato sexual, como o objeto que adorna a irredutível alteridade do Outro; no afeto (...), que é a prova de seu desvelamento ou apenas sua ameaça, segundo o lugar e o modo de sua presença: no luto, enquanto perdemos aquele para quem éramos esse objeto; na vergonha, enquanto suportamos presentificá-lo ao olhar do outro; na angústia, naquilo que ela é de percepção do desejo inconsciente; eventualmente, na passagem ao ato suicida, onde o sujeito sai do enquadramento da cena do fantasma, ao forçar os limites da “elasticidade” de seu vínculo com o sujeito. (Chemama, 1995 [1993], p. 152)

É pela falta de specularidade característica do objeto *a*, um objeto sem ponto de fixação imagética, que podemos ter uma verdadeira notícia da importância da noção de indeterminação no ensino lacaniano. Segundo Dunker define, o “objeto cuja maior expressão subjetiva é a angústia e a perda da forma. Concerne ao objeto *a* uma gama de experiências de não identidade e de perda de unidade, que Lacan descreveu por meio da noção de gozo” (Dunker, 2018, p. 331)

Não temos como objetivo desta pesquisa percorrer detalhadamente o conceito de gozo. Gostaríamos apenas de poder considerar aquilo que nos serve para apresentar o objeto *a* como uma proposição que ilustra muito bem a ideia de indeterminação nas considerações lacanianas. Sendo assim, o gozo é aquele que dá notícias de que há sempre uma tentativa de restituir o objeto perdido e que ela sempre fracassa. Esse resto impossível, “interditado àquele que fala” (Lacan, 2008b [1968-1969]) está relacionado a um ganho mais imediato, que acaba por modalizar a satisfação. Interditado no sentido daquilo que está *entre* (vejamos o *entre*, comparecendo novamente) o dito; composto de intervalo que impacta sobre o desejo e sobre sua lei. O gozo é transgressor e hedonista e tem como campo de referência, uma dissolução identitária.

De forma mais desenvolvida, no final dos anos 60, o conceito de gozo passa a contribuir ainda mais para a construção do conceito de objeto *a*. Como distinto da noção de desejo em psicanálise, é por uma formulação lacaniana que empresta por analogia, a ideia de mais-valia de Marx, que ele comparece em sua versão de *mais-de-gozar*. De acordo com Lacan, a “função

essencial do objeto *a*” (Lacan, 2008b [1968-1969], p. 16). O discurso analítico é justamente o que articula a renúncia a esse usufruto.

É através do conceito de gozo, elemento este que Lacan (1985 [1972-1973]) refere ser a única substância em psicanálise, que podemos recolher uma denúncia de que a todo momento fracassamos em constituir um ser, um uno. É deste ponto de vista que junto ao conceito de objeto *a*, o gozo participa da proposta lacaniana de apresentar o sujeito como uma experiência pela via do negativo, não como uma unidade, mas como definido por um objeto que se destaca, se desprende e que é a marca de uma insígnia que visa uma abertura, uma indeterminação e não um fechamento em si.

Ao deslocar a noção de sujeito da perspectiva filosófico-cartesiana; aquela que apresenta a realização do ser como ideal a atingir, para a de sujeito que aparece como efeito de sua própria incompletude, Lacan retira da categoria de essência, de consistência, a definição mesma da existência, do sou.

Este traço passa a ser de suma importância porque situa a experiência psicanalítica e por consequência o ato analítico, em uma série que se lê pelas suas brechas, pelas suas quedas. A escuta fica profundamente marcada pela consideração do que está por fora, do para-além do simbolizável, ainda que só tenhamos acesso pela via do significante.

4.2.2 O indeterminado como problema crucial para a psicanálise

Se é pelo rompimento da determinação simbólica que podemos verificar o ato; se pelo ultrapassamento do limiar alienante dos processos de identificação, então se justifica que possamos pensar em uma dimensão indeterminada na experiência psicanalítica. É desde um antes que se pode se estabelecer um *entre*, um hi-ato.

Em Costa (1998) encontramos a proposição de que: “. . . a partir da modernidade, o sujeito situa-se nesse trânsito da interpretação ao ato. O acento no ato é o que caracteriza todas as formas de expressão contemporâneas do sujeito. Talvez sua melhor caracterização seja a de um sujeito em trânsito.”

E segue:

Desde esse ponto de vista, nenhuma interpretação é suficiente para defini-lo em um lugar, produzindo essa metonimização constante de seu ser no mundo. Assim, somente pelo ato pode ser possível instituir uma saída plausível, num lugar de amparo suficiente a algum significante que possa representá-lo. O ato põe em causa o limite da metáfora e é nesse ponto que se opera o encontro do Real. (Costa, 1998, p. 130)

Podemos ver nesta citação o quando o conceito de sujeito aparece atravessado radicalmente pela noção de indeterminação, mais caracterizado ainda pela inscrição de um

movimento constante (um trânsito), que podemos relacionar com o próprio movimento desejante.

É deste ponto de vista que queremos destacar o fato de que Lacan, em seu seminário sobre os problemas cruciais da psicanálise (2006[1964-65]), faz um percorrido da noção de indeterminação enquanto se pergunta pela definição mesma do conceito de sujeito. Daquela discussão, vamos recortar apenas algumas pistas relativas ao que interessa em nossa investigação, uma vez que seu exame exaustivo extrapolaria o limite desta dissertação.

Na lição de 19 de maio de 1965, no princípio de sua fala, Lacan profere a seguinte frase: “o inconsciente é um saber cujo sujeito permanece indeterminado” (Lacan, 2006 [1964-1965], p. 349). Queremos defender esta definição como uma proposição que carrega um estatuto de importância da mesma envergadura do clássico axioma lacaniano de que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem” (Lacan, 1998 [1957]).

Em primeiro lugar, Lacan (2006 [1964-65]) sustenta que o inconsciente é um saber, saber este que ao encontrar o limite da não complementaridade, produz um sujeito que está em relação apenas suposta a este saber. O fato deste sujeito permanecer indeterminado, pois o campo do discurso é aberto (se fosse fechado seria plausível considerá-lo como determinável), implica dizer que a todo momento é necessário um movimento para restituir a condição de “aparente certeza” que entrou em queda.

Ora, aqui podemos relacionar diretamente a noção de ato analítico enquanto o elemento operativo que pode provocar esse movimento. O ato como um acontecimento, que uma vez inscrito discursivamente, permite reorganizar a cadeia significante, considerando uma exterioridade constituinte que advém do objeto que causa o sujeito.

Segundo Lacan:

O sujeito se indetermina no saber, o qual pára diante do sexo, o qual confere ao sujeito essa nova espécie de certeza por onde seu lugar de sujeito, sendo determinado e só podendo sê-lo pela experiência do *Cogito*, com a descoberta do inconsciente, pela natureza radicalmente, fundamentalmente sexual de todo desejo humano, o sujeito toma sua nova certeza, aquela de tomar sua morada na pura falha do sexo. Essa relação de dominância giratória é essencial para fundar o de que se trata em meu discurso desde o início. De qual estatuto do sujeito se trata nisso que se reengendra, para ele, pela operação analítica? (Lacan, 2006[1964-65], p. 349)

Este estatuto está dado pelo ato na medida em que faz descentrar o acento posto no sujeito cartesiano da certeza e apresenta a verdade, não como fim em si, mas como elemento de sutura do saber insabido do inconsciente. Por isso mesmo gostaríamos de discorrer sobre as

formulações lacanianas acerca de um conceito de sujeito diverso das postulações cartesianas. Um efeito de sujeito que aparece em estrutura de aposta e não de certeza, como em Descartes.

Neste mesmo seminário sobre os problemas cruciais da psicanálise, Lacan (2006 [1964-65]), analisa a questão do conceito do número 0 e correlaciona a sua importância para a aquisição da linguagem. A noção da aposta aparece aqui enquanto construção lógica. É dado ao humano, positivar uma ausência a partir da criação de um elemento que não existe. Esse é o Deus, o Outro de Pascal.

No seminário *De um Outro ao outro*, Lacan (2008b [1968-1969]) apresenta o pensamento de Pascal relativo à lógica da aposta. Diferentemente da lógica cartesiana, a proposta de Pascal inclui uma perspectiva indeterminada já que coloca a existência de Deus na dimensão da crença. Ela nos serve aqui por comportar uma noção de abertura para o infinito. Vejamos de forma mais detalhada.

A aposta de Pascal se refere a um papel encontrado no bolso do filósofo e matemático, após sua morte, em meados do século XVII. O conteúdo deste escrito se referia ao levantamento de uma pressuposição de prudência lógica em se acreditar na existência de Deus. Segundo a conclusão, o fato de não acreditar na existência de Deus ao longo da vida, implicaria um prejuízo infinitamente maior (em caso de confirmação dessa existência após a morte), do que tendo vivido uma vida dentro dos preceitos da fé. Logo, a decisão mais evidente para todo ser vivente seria a de acreditar mesmo sem nenhuma comprovação.

Vejamos o quanto a incompreensibilidade da ideia de Deus pelo homem origina uma questão que, para Pascal, está fora da razão e por isso mesmo, depende de uma aposta. Destaquemos a dimensão de incerteza e indeterminação contida nesta proposição. Exatamente distinta da certeza que Descartes propunha ao postular a condição de existência do humano. Para Pascal, a aposta no Deus-infinito aparece como uma decisão óbvia, que nos termos de Lacan, podemos descrever como uma escolha pela via da crença.

Conjuntamente com Longo e D'Agord (2012), entendemos que:

. . . se, para Pascal, é necessário apostar na existência ou não de Deus, para Lacan essa aposta só é inevitável se considerar a consistência do sujeito jogador como dada. Lacan (2008[1968-69]), então, reposiciona a pergunta: “o que está verdadeiramente em jogo na aposta de Pascal é uma outra questão (...) - será que Eu existe ou Eu não existe?” (p. 117). Portanto, se para Pascal tratava-se de um futuro, de ganhar ou perder em outra vida, Lacan situa a aposta no presente, o que se ganha ou se perde no presente. (Longo & D'Agord, 2012, p. 29)

Essa perda é situada por Lacan no conceito de objeto *a*. Objeto que a partir do efeito do ato é experienciado como externo e descolado do Outro. Se nesta operação o Outro (aqui representado pela figura de Deus) aparece também como faltante, logo esta indeterminação contida no fato de que não há um objeto de complementaridade, se torna potência de invenção de novos objetos não-todos.

Podemos dizer que o Deus de Descartes aparece como incompleto já que está referido a um saber, mas o de Pascal, aparece como inconsistente já que está em todo lugar e em lugar nenhum e que depende fundamentalmente de uma crença para poder existir.

Para podermos abrir o espaço que convoca a figura topológica da banda de Möebius para nossa discussão sobre a indeterminação em psicanálise, atentemos para o fato de que:

Lacan afirma também que o Deus de Pascal, ao que ele se refere, está ancorado no sujeito por pontos de reversão entre o significante e o objeto. Passando ao lado do significante nos encontramos ao lado do objeto, passando ao lado do objeto nos encontramos ao lado do significante. Não podemos melhor designar os momentos em que se produz o *fading* (desvanecimento) do sujeito, seja na surpresa trazida pelo significante, seja no corte em relação ao gozo, isto é no momento em que ocorre o desvanecimento, onde Lacan situa a incidência do Real. (Guèguen, 2007)

Passaremos por um estudo um pouco mais detido de uma das figuras topológicas em especial. Entendemos que isto nos permite apontar na direção de um reposicionamento na forma de pensar os processos psíquicos, retirando por vezes um certo acento nas estruturas de linguagem (sem desconsiderá-las, em absoluto) e colocando-o nas estruturas matemáticas, o que não deixa de demarcar um enxugamento significativo em direção ao desenvolvimento do conceito de Real.

4.2.3 O sujeito indeterminado na banda de Möebius

Nas proposições lacanianas, o inconsciente, com seu estatuto ético, não só radicaliza a dimensão de alteridade a ponto de “o eu ser (é) um outro” parafraseando Rimbaud (1871), mas subverte as fronteiras do psíquico quando afirma ser o inconsciente estruturado como uma linguagem.

Por esta razão entendemos que, a partir da noção de Real, Lacan precisou recorrer às matemáticas não apenas como forma de dar corpo a uma proposição que carregava em seu bojo uma essência eminentemente etérea, sem forma ou positividade; mas também porque desta maneira a operação de redução das representações ligadas à palavra poderiam ser mais facilmente executadas.

Devemos, portanto, destacar a importância dos objetos topológicos sem incorrer no erro de que seriam meros elementos ilustrativos da doutrina lacaniana. Desde o início — e como vimos, antes mesmo das assim designadas, instâncias (*topos/lugar*) psíquicas — tratava-se de tomar de forma categórica o espaço na reflexão acerca do sujeito. Nas palavras de Rivera:

A insistência de Lacan no fato de que não se trata de metáfora em seu uso de figuras topológicas não pode, de fato, significar outra coisa senão que se trata também, na reflexão psicanalítica sobre o sujeito, do espaço e de sua configuração. (Rivera, 2008, pp. 220-221)

Para Lacan, o sujeito-efeito não tem contorno definido, o que quer dizer que noções de tempo e espaço, aparecem evidentemente subvertidas nesta categoria. Foi através da topologia que tornou-se possível dizer do Real sem perder aquilo que o define como característica constitutiva, qual seja, o impossível de ser dito. Figuras que comportam uma manipulação conferem um certo estatuto imaginário/simbólico a algo que, sem representação, não cessa de fracassar em sua inscrição. Destaca-se aqui novamente uma condição de indeterminação.

Tomemos a chamada banda de Möebius como exemplo no que nos interessa desenvolver acerca do ato analítico. Uma fita, torcida entre si de maneira a formar um oito, presta-se a subverter as noções de dentro e fora, de princípio e fim, de determinação e indeterminação, possibilitando pensarmos não só o conceito de sujeito acima mencionado, como o de repetição, tão caro à psicanálise e à operatividade clínica (Figura 12).

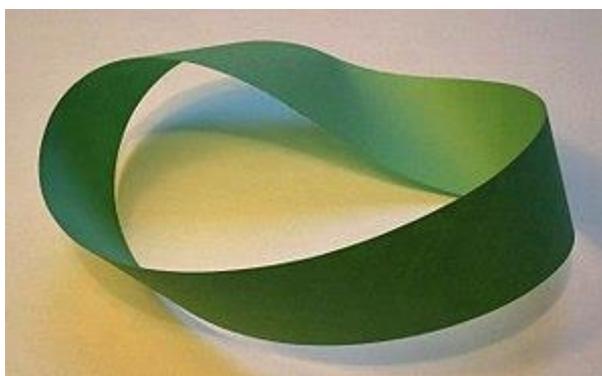


Figura 12. Banda de Möebius.

Fonte: Wikipedia. Banda de Möbius. Recuperado de [https://ia.wikipedia.org/wiki/Banda de M%C3%B6bius](https://ia.wikipedia.org/wiki/Banda_de_M%C3%B6bius)

A banda poderia ser entendida como um representante do irrepresentável, uma tentativa de dar corpo ao indeterminado. Sem avesso e sem direito, é pelo atravessamento da noção de tempo/corte que se faz a diferença entre uma face e outra. Um objeto que contém apenas um lado, mas que permite um movimento capaz de fazer circular uma torção que produz uma singularidade: o dentro e o fora não mais fazem sentido.

A banda de Möebius permite subverter a relação significante/significado, pois seu avesso e seu direito são contínuos, por isso o significado de um significante num momento dado, logo já não será mais o mesmo. Como o significado não cessa de deslizar pelo avesso, quando completa a volta já está no direito e já é outro. A diferença entre os dois é, então, uma questão de espaço. A significação, portanto, está marcada pelo vazio que ela encerra, se quisermos, pelo *espaço vazio*. (Monteiro, 2014, p. 134)

Desde Freud temos notícias que a relação do sujeito com o inconsciente é feita através de automatismos de repetição. A repetição é que faz surgir o significante. A cada volta, algo se repete e algo se perde. A repetição é essa insistência do significante para dizer algo que está escondido no dito e que no entanto, sempre fracassa. O desejo do analista enquanto potência de intervenção, insere o ato naquilo que se repete, só apreensível *a posteriori*.

Se efetuarmos um corte sobre a banda, dividiremos, sem separar, dois espaços; fazendo assim com que aquela superfície mude sua estrutura tornando-se bilateral. Da mesma forma, no corte que incide sobre a linguagem, descola-se significante de significado – faz-se *ato analítico*, passagem da palavra vazia à palavra plena.

A banda de Möebius bipartida institui assim um espaço vazio, o espaço do desejo, se acompanharmos com Lacan. O corte da palavra, ou da sessão; a interpretação, aponta o desejo. O ato incidindo sobre a repetição tem como produto a condição desejante. O corte muda a estrutura da banda, dá-se o saber posto em ato.

Ao mesmo tempo em que é efetuado, evidencia uma superfície e faz desaparecer a estrutura anterior – temos então, um espaço que se mostra ao desaparecer. Nessa medida podemos dizer que a banda de Möebius é o representante do irrepresentável e permite a representação dessa abstração que é o Real (Monteiro, 2014). A conclusão de Lacan de que o Real está sempre retornando fica, neste momento, evidente na banda de Möebius.

Mediante um corte longitudinal, que aqui associamos diretamente ao que chamamos intervenção analítica, temos a ruptura do estabelecido, a separação da superfície/palavra, determinando um novo curso para a cadeia significante. Entendemos que o conceito de ato analítico está composto nestas formulações de maneira candente conforme desenvolvemos e

elas nos servem de modo especial para destacar a noção de indeterminação que costura a teoria psicanalítica, conforme Lacan (2008a [1966-67]) nos aponta:

Posso aqui apenas indicar ligeiramente - . . . - que o importante não está na definição do ato, mas no seu seguimento. Quero dizer: DO QUE RESULTA DO ATO COMO MUDANÇA DE SUPERFÍCIE. Pois se falei há pouco da incidência do corte na superfície topológica - que desenho como aquela da faixa de Möebius - se, após o ato, a superfície é de uma outra estrutura em tal caso, se ela é de uma estrutura ainda diferente em outro caso, ou se mesmo em alguns casos ela pode não mudar, eis o que vai para nós propor *modelos* (se quiserem) para distinguir o que é da incidência do ato, não tanto na *determinação*, mas nas *mutações* do sujeito (Lacan, 2008a [1966-1967], p. 204).

A perspectiva do movimento desejanste é o que fica em evidência na utilização de “modelos” para a definição do ato. Elemento este essencial, que também podemos recolher na citação que segue:

Ao acompanhar o próprio trânsito, ao fazer-se ato de corte que prolonga a fita de Moebius, repetidamente atuando sua subversão, *caminhando*, o sujeito quase se torna senhor do corte (se não da casa). O ato analítico, "(...) um ato tal que ele destitui, em seu fim, o próprio sujeito que o instaura " (LACAN, 1969/2001, p.375), incide sobre a fantasia refazendo o jogo entre sujeito e objeto, o (re)corte entre eles, percorrendo o trajeto retorcido da punção tornada fita de Moebius. Esta reviravolta entre sujeito barrado e objeto *a* desmonta e remonta sutilmente a fantasia, em ato, em um circuito sem fim que refaz e subverte o espaço. (Rivera, 2008, pp. 231-232)

A continuidade da banda de Möebius, uma vez afetada pelo corte, faz precipitar a fenda característica que Lacan usa para representar o sujeito. É pela união de duas bandas com torções no sentido contrário, que temos a figura topológica da Garrafa de Klein, que não desenvolveremos aqui, mas que nos serve de forma a destacar que, a partir da junção de duas bandas, com torções em sentido contrário, isto possibilitaria a construção de um modelo de relação e, portanto, um acontecimento de discurso.

Ou seja, essas duas figuras topológicas permitiriam caracterizar tanto a noção de ato enquanto corte reordenador da cadeia simbólica, como, em decorrência de da união de duas destas figuras, teríamos aí representada, a passagem do ato ao discurso.

4.3 Experiências improdutivas de determinação e experiências produtivas de indeterminação

Estas duas noções foram apresentadas em livro por Christian Dunker (2015, 2018) dentro do contexto de produção do Laboratório de Teoria Política, Filosofia e Psicanálise da Universidade de São Paulo, o Latesfip. Elas permitem, no nosso entender, uma oportunidade de pensar o ato psicanalítico do ponto de vista da indeterminação.

A partir da definição do mal-estar como categoria existencial estruturado em forma de nomeação, do sofrimento organizado em forma de narrativa e do sintoma como metáfora, Dunker (2015) nos fala que a categoria de sofrimento depende de três condições específicas: uma, a própria possibilidade narrativa da condição de padecimento; outra, que destaca a perspectiva transativista, na medida em que a relação de alteridade reserva uma dimensão dialética irreduzível àquele que sofre. A terceira condição seria pensar o sofrimento no interior do quadro de uma teoria do reconhecimento.

Segundo o autor, historicamente podemos situar a noção de reconhecimento em três vertentes e elas perpassam necessariamente o conceito de identidade. A primeira delas seria a identificação pela síntese de traços comuns entre os elementos. Esta perspectiva serviu de matriz para o desenvolvimento da ideia de conhecimento e todo o seu desdobramento na formalização dos saberes instituídos (Dunker, 2015).

A segunda vertente, herdeira da noção de sujeito moral, vem ligada a ideia de índice de afeto¹¹, afetação. Há uma racionalidade dos afetos dentro dos processos de relação que intui o fato de que somos causados pelo que vem de fora da unidade que acreditamos ser. A experiência de reconhecimento estaria aqui marcada pela lógica narrativa na medida em que este é o ponto de contato entre o eu e o outro.

A terceira direção é marcada pela dialética, mais propriamente representada pela luta em ser reconhecido. A possibilidade de desejar e as modalidades de distribuição do gozo estariam em evidência na medida em que a realização da norma estivesse posta, “é principalmente uma luta para definir a lei pela qual o desejo se distribuirá entre os participantes” (Dunker, 2015, p. 306).

A questão que se interpõe neste momento é que o conceito de identidade, que perpassa estas três perspectivas, vem sempre marcado por uma positividade que Dunker, seguindo com

¹¹ Sobre este assunto em específico, conferir destacado trabalho de Vladimir Safatle, *O Circuito dos Afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*, publicado pela editora Autêntica, 2016.

Lacan, destaca justamente como o que impede o estabelecimento de uma outra gramática de relação social sustentada em formas não definidas de experiência.

Seja pelas leis da natureza ou pelas leis dos homens que implicam a organização social; como humanos estamos determinados por um certo conjunto de prescrições que dão o tom do nosso estar no mundo. Sofremos, por exemplo, de acordo com o que está no campo de possibilidades da época em que vivemos. Desta forma, os atos de nomeação que conferem um lugar ao sujeito, modulam sua experiência e por consequência determinam um lugar de reconhecimento (ou não).

Para tanto, Dunker propõe uma retomada do conceito honnethiano de sofrimento de indeterminação (Honneth, como citado em Dunker, 2015), para ser pensado não como uma negação imediata da determinação, mas como uma diferença, uma não identidade. Nas palavras do autor, “invertendo a tese de Honneth, que falava do sofrimento de indeterminação como perda da determinação, postulamos um sofrimento de determinação, como perda da indeterminação” (Dunker, 2018, p. 331). Destaca desse modo, a importância de pensarmos a queda das identificações como forma de transitar pela perspectiva contingente de nossa história de vida, sobressaindo deste encontro uma experiência de não identidade potencialmente transformativa.

O padecer por um certo **excesso de experiências improdutivas de determinação** é um dos dois meta-diagnósticos da modernidade apontados por Dunker neste livro. Uma vida fortemente regulada, orientada para a produtividade e para a composição de protocolos pré estabelecidos dos modos de agir, incorreria em um tipo de sofrimento que teria nos processos identitários o seu ponto de sustentação. “Na forma de vida que caracteriza a modernidade, e particularmente em seus processos de individualização, há hipertrofia de sistemas, de dispositivos, disciplinas e regramentos” (Dunker, 2018, p. 330) que fazem por reduzir o leque simbólico de compartilhamento de experiências e impedem atos de reconhecimento capazes de legitimar a existência. Tentar pensar a estrutura das relações a partir de uma lógica não positiva passa a ser um desdobramento necessário mediante este entendimento.

Com a proposição de Lacan acerca do conceito de Real, uma formulação eminentemente pautada pela perspectiva negativa, pela não identidade; encontramos a possibilidade de um caminho alternativo, heterônomo, que deixa antever a vulnerabilidade dos encontros sociais em sua dimensão de reconhecimento. Se o Real é da ordem de um impossível que não cessa de fracassar em sua inscrição, poder estar atravessado por essa experiência radical de divisão, confere à noção de reconhecimento uma particularidade: o verdadeiro encontro é aquele que

me desloca da posição subjetiva na qual me situo e isto modifica como me reconheço e como reconheço o outro (Dunker, 2015).

É daí que segue um segundo meta-diagnóstico da modernidade: o sofrimento psíquico derivado de um **déficit de experiências produtivas de indeterminação**. Dunker destaca como certas experiências de indeterminação são “necessárias para que a liberdade se exprima em ato Real ou em estrutura de aposta e não apenas no reconhecimento indireto, através da submissão e mediação dos sistemas simbólicos” (Dunker, 2018, p. 331). Seguindo neste raciocínio, a experiência subjetiva em nossos tempos, estaria super determinada (pelo diagnóstico psiquiátrico, por exemplo), impedindo aquele que sofre de poder conferir um sentido apenas *a posteriori* ao trabalho psíquico.

Podemos observar a ocorrência destes processos naqueles pacientes que chegam ao consultório colados a um diagnóstico médico fenomenológico, para voltarmos a inquietação clínica que foi o ponto de partida neste esforço de trabalho. Ao reduzir o horizonte de reconhecimento do sofrimento, como por vezes acontece quando apenas um manual como o CID (*Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde*) ou o DSM (*Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*) determina os modos de padecimento, vemos se estabelecer uma política de transformar toda forma de sofrimento em um sintoma previamente classificado e como isso acaba por organizar uma gramática que impõe ao sujeito, sofrer desta ou daquela forma.

De acordo com Dunker (2015), é preciso ir do diagnóstico a uma diagnóstica, termo mais amplo que pressupõe tomar o diagnóstico “não apenas como o ato de nomeação clínica de uma condição de adoecimento, mas como (...) a reconstrução de uma forma de vida” (Dunker, 2015, p. 24). Isto implicaria uma outra racionalidade clínica com a qual a psicanálise poderia contribuir já que está atravessada por uma ética (e não somente uma técnica) que considera a dimensão do sujeito e não apenas a manifestação sintomática destacada da história do paciente.

O sofrimento tomado como uma experiência, depende de atos de reconhecimento para além de apenas atos de nomeação. Por esta razão se tornaria importante resgatar um conceito chave em psicanálise que é o transitivismo. Em seu plano conceitual, o transitivismo traz a dimensão de compartilhamento, que em se tratando de sofrimento pode ser enfrentado através de atos de reconhecimento e, como gostaríamos de acrescentar, interpõe um entre característico de todo processo de transitar, como vimos também acima. Aqui identificamos a importância da noção de indeterminação. O transitivo, aquele que não é um eu nem um outro se mostra potente como espaço de criação.

O sofrimento individualizado, organiza uma relação de alteridade que acaba por provocar uma fragmentação da experiência. Há um equívoco em escutar descritividade narrativa como sofrimento (Dunker, 2015), pois este não pode ser pensado fora da dimensão social e se carrega em si uma estrutura de narrativa, pressupõe a categoria do outro envolvido.

Portanto, seria necessário um raciocínio diagnóstico que faça uma ampliação do pensamento para além dos sintomas, da identificação daquilo que vai mal e da cura como um fim em si. Teríamos que considerar o outro como depositário de uma história de vida que o determina em um certo sentido, mas que também o liberta das amarras das classificações, de um sofrer *prêt à porter*.

O ato tal qual formulou Lacan, no nosso entender, é a experiência produtiva de indeterminação por excelência que resguarda para si toda a potência transformadora de ressignificação das experiências de vida. Ele pressupõe um outro no qual se ancora o sujeito suposto saber e este por sua vez, implica uma dimensão de reconhecimento do sofrimento que privilegia a fala como palavra plena, em termos de uma narrativa e não apenas de uma descritividade de sintomas ou categorias. Seguindo nesta direção, gostaríamos de destacar:

Por meio da palavra plena se dá uma reordenação das contingências passadas, ou seja, do passado como um horizonte não concluído em sua determinação. (...) Tal reordenamento da verdade é uma experiência no tempo. O passado, que usualmente entendemos como necessariamente dado, ocorrido e acontecido, é qualificado como contingente. O futuro, que habitualmente associamos com o domínio das possibilidades indeterminadas, é tornado necessário. (...) E é nesse momento raro, nesse instante fugidioso do ato, que Lacan localiza a liberdade. (Dunker, 2015, p. 334)

O passado aparece como contingente porque é dado ao sujeito, o trabalho de se narrar e em se narrando ir construindo a trama que faz perceber seu estar no mundo. Principalmente, o sujeito vai tendo a experiência de que esta história não está dada tão somente pelos acontecimentos, mas sim, pelo que ele consegue fazer com o que lhe acontece.

Sendo assim, apresentamos com destaque essa elaboração, pois ela abre uma chave de leitura que entendemos complementar, de forma enriquecedora, à proposição do ato analítico no que tange à intenção de pensar o movimento subjetivo dentro de uma cristalização narrativa. Ao contrário do que poderíamos inferir do senso comum, que uma condição de indeterminada percepção de si poderia incorrer em um aprofundamento do sofrimento psíquico, sustentamos a partir das premissas deste trabalho, que o excesso de determinação contido nas formas estanques de realização da vida, coloca o sujeito em uma posição de não querer saber sobre a verdade do seu desejo.

Entendemos que este é o ponto de enlace fundamental da apresentação de uma poesia como a fórmula do ato em Lacan. Essa poesia em especial, podemos interpretar como a tentativa de captura desse instante fugidio em que uma mudança ocorre. Os processos de indeterminação da experiência fazem intervir a incidência do Real e à isto, gostaríamos de defender, a poesia se presta muito bem.

5 A saída pela invenção

5.1 À uma razão: Lacan com Rimbaud, a fórmula do ato

O apontamento de Lacan (2001[1967-68]) no início do seminário sobre o ato analítico de que a poesia, assim como o inconsciente, “isso faz”, nos traz agora para o que desenvolveu mais adiante. Na lição de 10 de janeiro, como indicado anteriormente, ele deu à poesia de Arthur Rimbaud, o estatuto de *fórmula do ato* (2001 [1967-1968], p. 78). Rimbaud, assim como Lacan, questiona as bases do pensamento positivo racionalista e suas poesias provocavam uma certa subversão do sentido vigente.

Vejamos por completo, a poesia recitada por Lacan durante o seminário:

Um toque de teu dedo no tambor desencadeia todos os sons e dá início a uma nova harmonia.

Um passo teu, recruta novos homens, e os põe em marcha.

Tua cabeça se vira: o novo amor!

Tua cabeça se volta, – o novo amor!

“Muda nossos destinos, acaba com as calamidades, a começar pelo tempo”, cantam estas crianças, diante de ti.

“Semeia não importa onde a substância de nossas fortunas e desejos”, pedem-te. (Rimbaud, tradução nossa)

Esta poesia se chama *À uma razão* e para trabalhá-la no que aqui nos serve, poderíamos começar por perguntar a que razão o poeta está se referindo. Certamente não as bases do pensamento racionalista francês, mas à uma racionalidade que implica o sujeito tal qual a psicanálise o postula, aquele que considera sua evanescência mediante uma condição de desejo indeterminado, sem objeto.

A mudança, como nos versos da prosa, não vem pela via da guerra, como refere Lacan (2001 [1967-1968], p.77), mas sim pelo reposicionamento diante do Outro. “A mudança anunciada não é uma mudança no sentido do progresso, mas no de uma inauguração: a determinação de um começo. Invenção de desconhecido” (Bernardes, 2006).

Quando Lacan evoca a poesia no seminário do ato analítico (2001 [1967-1968]), ele correlaciona diretamente esse momento de ultrapassagem que todo ato suscita com a mudança e é neste sentido que ele é revolucionário. Revoluciona porque coloca em marcha um novo desejo, um novo *savoir-faire* com o que amarra o sintoma, um novo rearranjo da cadeia significante.

Em um outro momento de sua obra, Lacan (1985 [1972-1973]) menciona novamente estes versos quando se refere a cada mudança de discurso. Para que haja um reposicionamento, há que suscitar “um novo amor”. Mas o que seria este novo amor de que nos fala Rimbaud? Lacan o toma como um novo laço social, um acontecimento de discurso. Ele segue:

. . . é preciso prestar atenção à colocação em prova dessa verdade de que há emergência do discurso analítico a cada travessia de um discurso a outro. Não é outra coisa que eu digo que o amor é o signo de que trocamos de discurso. (Lacan, 1985 [1972-1973], p. 27)

Deste dito lacaniano, poderíamos deduzir que não há o discurso do analista sem um ato que o promova, assim como não há ato sem que alguém em uma posição discursiva que contemple o objeto *a* na posição de agente, possa suportá-lo. “É nesse ponto que reside a força da noção de ato analítico em sua diferença irreduzível para com o conceito de discurso, considerado como um sistema de necessidades formado pela ocorrência de possibilidades” (Dunker, 2015, p. 334).

Passa-se então da necessidade (posição discursiva) à contingência (ato analítico) configurada aqui na poesia de Rimbaud, evocada por Lacan, como uma fórmula que tem o amor como signo (Lacan, 1985 [1972-1973]), signo da emergência de um novo discurso.

5.2 O novo inventado: a dimensão do poético aproximada à ideia de indeterminação

Das muitas formas que poderíamos definir o novo, considerando uma dedução do que Rimbaud nos propõe no poema *À uma razão*, ele poderia ser associado à invenção. Invenção no sentido que levou Freud a postular o conceito de inconsciente, como vimos. Invenção também na contribuição lacaniana sobre o conceito de objeto *a*.

Inventar também poderia remeter à tentativa de dar consistência a algo que localizamos não estar ali e isto nos remete diretamente à aproximação que gostaríamos de fazer com a poesia. Um ato poético, entendido aqui como a invenção de um dizer, carrega consigo a

relevância de dar uma certa consistência ao efêmero. Por isso mesmo, nos serve discuti-lo neste estudo.

Apesar de Lacan ter evocado a poesia para falar de ato analítico, cabe aqui uma distinção que ele mesmo percorre. As semelhanças entre ato poético e ato analítico estariam marcadas apenas pelo fato de que tanto um, quanto o outro, se dão em um campo de linguagem que subverte uma certa lógica do discurso ordinário (Lemos, 2011), ambos dão lugar ao indeterminado.

O que poderíamos destacar como uma radical diferença entre ato poético e ato analítico é que este último, ocorre mediante um campo de relação que chamamos transferência. Sem transferência não há ato analítico (Lacan, 2001[1967-1968]). Mas, no entanto, parece que podemos convocar o poeta a nos dizer sobre sua produção, assim como o fez Lacan. De acordo com Freud (2015 [1908]):

Sempre foi muito atraente para nós, leigos, poder saber de onde o poeta [Dichter], esta extraordinária personalidade, extrai seus temas - . . . - e como ele consegue nos comover tanto, despertar-nos emoções [Erregung], que talvez julgássemos jamais fôssemos capazes de sentir. (Freud, 2015 [1908], p. 53)

Freud (2015 [1908]) mesmo prossegue, descrevendo que o interesse só cresce quando, ao se perguntar a um poeta a essência de sua inspiração, bem como o próprio meio de se executar o ofício, ele mesmo não fornece informação relevante. Ainda assim conclui que “o próprio poeta gosta de reduzir a distância entre o que lhe é singular e a essência humana em geral” (Freud, 2015 [1908], p. 53) e que frequentemente somos assegurados que “em cada um existe um poeta e que o último poeta deverá morrer junto com o último homem” (Freud, 2015 [1908], p. 54).

Atentemos para o fato de que nos é permitido interpretar, a partir do texto freudiano, que o elemento poético que nos constitui, poderia ser nomeado com esta noção que estamos tentando cercar neste estudo: a indeterminação. Relacionada às construções que Lacan faz sobre o objeto radicalmente exterior (Lacan, 2005 [1962-1963]), mas que por isso mesmo nos causa, a poesia enquanto potência de indeterminação salvaguarda “a posição do inconsciente como referência ininterpretável” (Fingermann, 2012). O poeta põe em ato seu saber e nada sabe dele, assim como o analista de seu ato.

Segundo Morais (2006), diz-se que uma travessia do autor pela escrita poética, poderia se assemelhar a travessia da fantasia no final de análise quando o analisando “faz de seu

complicado romance familiar um conto esteticamente mais elegante e moderno” (Morais, 2006).

Haveria, desde esta aproximação, na visão de Fingermann (2012):

. . . um enodamento da lógica, da ética e da poética, em consequência do ato que condiciona a direção da cura psicanalítica. Isto se produz desde seu início, desde a evidência de uma falha, perda, que susta o sentido lógico, ético, poético da vida. Uma falha que na fala se enuncia como falta, traduzindo, transferindo-se em queixa que pode ter a boa hora de encontrar um analista que “tenha a chance de responder” (Lacan, 1973/2003, p. 555) a essa letra (carta) em sofrimento, em instância, em suspenso. (Fingermann, 2012)

5.3 Direção do tratamento: objeto *a* no comando e o analista como puro resto

Falar com o estranho assim,
que bem ouve logo longe se vai embora,
é um segundo proveito:
faz do jeito que eu falasse mais mesmo comigo.
Guimarães Rosa

Se é verdade que podemos concluir que o ato analítico seria uma forma de não relação no campo do significante, implicaria desde aí, seguindo com Lacan, que o atravessamento dos processos identificatórios se tornasse um efeito possível na jornada analisante. No entanto, é preciso desdobrá-lo, já que como mencionamos no início deste estudo, podemos facilmente incorrer em uma perspectiva idealista, como se a queda das identificações fosse o destino final e necessário.

Nos parece antes mesmo, que a proposta de Lacan foi pensar esse atravessamento como potência motora e portanto, indeterminada, para a transformação dos modos de relação com o desejo. Como pudemos observar no Grupo de Klein lacaniano, o vazio se encontrava na intersecção da negação entre o pensar e do existir (Figura 3). Não à toa, um objeto sem substância, vazio em sua essência, ocupa o lugar de causador do desejo. O objeto acolhe a dimensão indeterminada e se torna potência criadora no movimento desejante.

A queda do sujeito suposto saber denuncia que, para aquele sujeito, um momento produtivo de indeterminação se precipitou e se já não é mais necessário depositar neste outro a ilusão de completude, então, mesmo que de forma fugidia, é possível ter uma experiência de liberdade já que o amor aparece como pura contingência. De acordo com Carreira (2014),

Lacan vai aos poucos delineando uma modalidade de amor que não é alienante, e que tampouco escraviza. Amor que está num mais além do narcisismo, capaz de romper e esvaziar as identificações imaginárias. Um puro amor. Amor que é pura potência criativa, inovadora. (Carreira, 2014)

Da dissolução dessa operação de amor, surge um resto - o analista. Que alguém ocupe esta posição (discursiva) implica que esteja advertido das armadilhas que a transferência promove. Em Freud (2018 [1912]) encontramos a advertência de que:

. . . não esqueçamos que são justamente elas [as dificuldades da transferência] que nos prestam o inestimável serviço de tornar manifestas e atuais as moções amorosas ocultas e esquecidas dos pacientes, pois, afinal, ninguém pode ser abatido *in absentia* ou *in effigie*. (Freud, 2018 [1912], p. 118)

In absentia ou *in effigie*, para que não nos enganemos de que há aí uma ausência enquanto positividade, uma imagem que é apenas representacional. Fazer semblante de objeto *a* não seria ocupar o lugar. Seria, justamente, se prestar a esta condição de indeterminação que a ausência na presença exige e a isto poderíamos relacionar o analista como um veiculador de uma experiência produtiva de indeterminação (Dunker, 2015).

A questão da dissolução da transferência, aparece em Lacan como uma travessia. Nos perguntar sobre como se processa uma dissolução se faz importante neste movimento entre ato e discurso e também para os encaminhamentos finais deste trabalho.

Este termo, que remonta tanto à dissolução da escola de psicanálise fundada por Lacan, (que mencionamos no início deste estudo), como também, e aqui sublinhamos este ponto, a dissolução das coordenadas promovidas pela fantasia, acaba por ser determinante para qualquer momento de concluir, seja para os destinos de uma análise ou para o fechamento de uma escrita.

Falar sobre o ato analítico não é outra coisa senão tratar como se processa a solvência de estados que paralisam um sujeito (Safatle, 2017), tanto em termos de cristalização narrativa, como a própria dissolução da transferência, reportada por Lacan como o momento de passagem de analisante à analista.

Por vezes, algumas dessas dissoluções levam a um fim em si, como a passagem ao ato, por exemplo. Lacan nos diz que o suicídio é o único ato verdadeiro. Uma profunda incapacidade do sujeito de se relacionar e fazer produzir a sua condição de falta-a-ser. No entanto, assim como o ato falho freudiano, o ato analítico também precisa fracassar, diferentemente do suicídio. Fracasso na medida em que comporta uma ruptura que não se encerra em si, mas que rompe com o instituído e relança o desejo a partir de seus efeitos.

Em maio de 68, em decorrência do movimento em Paris, que teve a greve geral dos estudantes e trabalhadores como disparador de uma série de manifestações populares, Lacan interrompeu seu ano de ensino solidário ao manifesto, mas também, propomos aqui, para dar vistas, através da experiência, ao que estava chamando de ato.

Em Paradoxos do Ato Psicanalítico, capítulo assim nomeado pelo estabelecimento do texto na tradução brasileira, a lição de 4 de junho de 1969 em *De um Outro ao outro*, (Lacan, 2008b [1968-1969]), traz a menção ao seminário interrompido. Nela o autor indica ter ficado “truncado” o que havia desenvolvido anteriormente. Com a afirmação de que “era para não dizer”, Lacan acentua aquilo que falha com a interrupção de um discurso. Em suas próprias palavras:

. . . é apenas acidental que os acontecimentos tenham interrompido o que eu pudesse ter a dizer sobre o ato, o que também não deixa de representar algo que, de minha parte, considero um certo encontro. Não o deploro, porque isso me dispensou de vir dizer sobre o tema do ato psicanalítico o que, em síntese, era para não dizer. (Lacan, 2008b [1968-1969], p. 330)

Em apresentação posterior, (Lacan, 1992 [1969-1970], p.96), o psicanalista francês veio ainda a dizer que o ensino de 67/68 teria sido um seminário fracassado. No entanto, se entendermos o fracasso naquela acepção que mencionamos acima, o fracasso no sentido do que falha, como o ato falho, o ato psicanalítico seria a condição mesma para o desdobramento dos preceitos psicanalíticos.

A partir dos elementos que compõem a proposição, podemos depreender que talvez Lacan estivesse apontando a dimensão de fracasso que todo ato comporta. Teria querido “ilustrar”, pondo em ato, a partir de uma interrupção, aquilo ao qual estava tentando ensinar? Na mesma lição destacada acima, (Lacan, 2008b [1968-1969]), podemos recolher a seguinte frase: “a psicanálise nos revela que a dimensão própria do ato (...) é o fracasso” (Lacan, 2008b [1968-1969], p. 334). Fracassar neste caso é a condição inerente para a inauguração de um novo caminho, “uma nova razão, um novo amor” para estarmos com Rimbaud.

O novo pressupõe uma indissociável mudança na estrutura do saber. Isto nos diria que não à toa, Lacan apresentou a ideia de revolução ao conceito de ato. Sua intenção era pensar sobre o destino de uma experiência analítica e o fez aproximando o ato psicanalítico da poesia. De acordo com as palavras de Safatle:

Essa é a razão pela qual, do ponto de vista clínico, o conceito de ato analítico acaba por reconfigurar globalmente os processos de intervenção analítica ao secundarizar os

mecanismos de simbolização através da inscrição significativa produzida pela interpretação. A partir de agora, a análise não irá procurar, através da interpretação, fornecer a inscrição dos sujeitos no interior de um quadro regulado de conflitos e filiações. Ela irá confrontar os sujeitos a um ato que os destitui de um tal lugar. Isso nos explica por que, no dispositivo do ato analítico, vincula-se uma força de dissolução e uma operação de instauração, e toda sua complexidade está exatamente na compreensão desse duplo movimento. (Safatle, 2017, p. 2016)

Nesse duplo movimento, se romperiam e se reinstaurariam novas formas de lidar com o mundo. A implicação do sujeito com o desejo que lhe concerne, estaria dada por uma condição menos alienada/submetida ao gozo improdutivo de determinação do Outro. O analista, tendo sido confrontado com esta falta a partir de seu percurso de análise, apareceria como suporte para que uma nova marcha, um novo levante, se desse. Bernardes (2006) assim o descreve:

A estrutura do discurso do analista tem por agente a função de suscitar o desejo. De um resto que funcionava como gozo opaco, o analista emerge na sua função de causa de desejo, na contingência de um encontro, no acontecimento de um amor. Um amor como profetizou Rimbaud, reinventado (Bernardes, 2007, p. 5).

Para tanto, torna-se necessário sublinhar a questão da reinvenção ao percurso que viemos tentando fazer ao longo deste trabalho. O analista tornado agenciador deste novo, vai sempre aparecer como sobra desta operação. Por esta via, poderíamos sustentar a hipótese levantada anteriormente, de que uma dimensão de não relação, de condição indeterminada aparece em cada movimento de passagem do ato ao discurso e o discurso do analista seria uma posição capaz de veicular essa travessia.

6 Considerações finais

Retomando nossa questão inicial em relação aos encaminhamentos advindos do campo médico, talvez possamos dizer, que a psicanálise tem uma forma específica de lidar com o que se apresenta na fala de um paciente, pois institui uma nova ética baseada na não cessão do desejo. Deriva desde aí, a nosso ver, o estabelecimento de um espaço clínico diferente de outras propostas. Ali onde deveria haver pura técnica, há o desejo do analista e o ato psicanalítico é o operador clínico por excelência.

Começamos este estudo percorrendo algumas possíveis significações as quais a palavra ato se prestaria. Com o Ato Institucional nº5, que como diria Chico Buarque, foi uma “página infeliz da nossa história” (para não falarmos, de algumas outras páginas, neste momento); com o Ato Médico como a imposição de um pensamento hegemônico ligado a uma classe

profissional, pudemos perceber o quanto um mesmo termo pode designar, dentro dos processos de linguagem, uma experiência de excesso de determinação e ao mesmo tempo, sob outra perspectiva, de um conceito que preza pelo indeterminado como força transformadora.

Em cada item desenvolvido, procuramos já ir construindo algumas pequenas amarrações, que longe de esperar produzir fechamentos em relação aos temas propostos, espera-se que eles sejam elementos que produzam abertura e desdobramentos futuros. O que apresentamos ao longo deste escrito, sustenta-se em uma lógica que pretende considerar a própria dimensão indeterminada que vimos investigando e para tanto, só é possível entregá-lo como uma versão provisória, um esforço de escrita que denota nosso momento atual de elaboração em uma dinâmica contínua ligada à atividade de pesquisador.

Esperamos ter percorrido minimamente o objetivo de transitar pela teoria a partir de questões que se impuseram pela prática em consultório. Como exercício de pesquisa, gostaríamos que ficasse em evidência, assim como o movimento desejante promovido pela instauração de uma divisão na constituição do sujeito, também aqui um movimento que prima pelo desejo de investigação, o que nos leva novamente para questão metodológica que esboçamos de início.

Freud, com seu Prêmio Goethe de Literatura, dizia que se quisessem saber quem eram os seus verdadeiros amigos, que olhassem para suas estantes abarrotadas de livros. Isto nos indica a importância de percorrer um caminho que considere como ponto de chegada, o espaço de criação erigido pelos poetas, aqueles que desfrutem de um saber colocado em ato, a partir do seu ofício.

Gostaríamos de finalizar, para além da poesia, como já o fizemos seguindo as pistas de Lacan, com a menção a um outro exemplar da literatura. Da literatura brasileira. Em *Grande sertão veredas*, Guimarães Rosa (2019) nos entrega um personagem que talvez pudesse ser descrito por nós, analistas, como o paciente ideal. Ideal não no sentido da colagem imaginária, mas ideal enquanto potência narrativa.

Diferentemente daquela posição subjetiva escutada na situação clínica que suscitou esta pesquisa sobre o tema do ato analítico e da indeterminação, Riobaldo, personagem principal do livro mencionado, é aquele que se conta e ao se contar, se inventa. O mundo aparece profundamente tocado a partir dos processos de linguagem. Uma narrativa tornada múltipla e rica, que aflora pela pressuposição de que um outro escuta.

Encerramos com o desejo de que todos, como pacientes e analistas, possamos ser sempre mais “Riobaldos”. *Rio*, curso de água que segue sempre em transformação porque é *baldo*, desprovido, carente, falho. Como nos disse Lacan, “enfim, que haja um ato, que seja criador e

que esteja lá o começo” (Lacan, 2001 [1967-1968], p. 78). Que existam sempre começos! Que estejamos implicados neles! E para que tudo sempre possa começar, precisamos ter gosto pelo novo, pela mudança.

Evocamos aqui uma frase do referido livro que consideramos interessante para terminar:

“É o que eu digo, se for... Existe é homem humano. Travessia”

Riobaldo na pena de Guimarães Rosa

Referências

- Barbut, M. (1996). Sobre o sentido da palavra estrutura nas matemáticas. *Revista da Letra Freudiana*, Ano XV(16), 145-167.
- Bernardes, A. C. (2006). Razão poética e laço social. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rel/v1n1/v1n1a13.pdf>
- Bueno, F. S. (1986). *Dicionário escolar da língua portuguesa* (11a ed.). Rio de Janeiro: Fundação de Assistência ao Estudante (FAE).
- Caon, J. L. (1999). O pesquisador psicanalítico e a pesquisa psicanalítica. In J. A. T. Machado (Org.), *Filosofia e psicanálise: um diálogo* (pp. 35-73). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Carreira, A. F. (2009). Algumas considerações sobre a fantasia em Freud e Lacan. *Psicologia USP*, 20(2), 157-171. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642009000200002&lng=pt&tlng=pt. doi: 10.1590/S0103-65642009000200002
- Carreira, L. B. (2014). Ruptura e reinvenção: o que Rimbaud tem a nos ensinar sobre o ato. *Revista Opinias*. Recuperado de <http://opinions2014.blogspot.com/2014/09/ruptura-e-reinvencao-o-que-rimbaud-tem.html>
- Chemama, R. (1995). *Dicionário de psicanálise*. (F. F. Settineri, Trad). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Costa, A. (2007). Interpretação, ato e referência temporal. In C. Backes (Org.), *A clínica psicanalítica na contemporaneidade* (pp. 51-56). Recuperado de <http://books.scielo.org/id/ckhgz>
- Costa, A. M. M. da (1998). *A ficção de si mesmo: interpretação e ato em psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Dissez, N. (2005). Leitura do tetraedro do seminário “O ato psicanalítico”. *Tempo Freudiano. Associação Psicanalítica*. Recuperado de <http://www.tempofreudiano.com.br/index.php/leitura-do-tetraedro-do-seminario-o-ato-psicanalitico/>
- Dunker, C. I. L. (2018). Crítica da razão diagnóstica: por uma psicopatologia não-toda. In V. Safatle, N. Silva, da, Jr., & C. Dunker, *Patologias do social: Arqueologias do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Dunker, C. I. L. (2011a). *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento*. São Paulo: Annablume.
- Dunker, C. I. L. (2015). *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Dunker, C. I. L., Paulon C. P., & Milán-Ramos, J. G. (2016). *Análise Psicanalítica de Discursos: perspectivas lacanianas*. São Paulo: Estação das Letras e Cores.

- Fingermann, D. (2012). Da lógica da interpretação à prática da letra. *Stylus (Rio de Janeiro)*, 24, 117-124. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-157X2012000100012&lng=pt&tlng=pt.
- Freud, S. (2015). *Arte, literatura e os artistas* (1908) (E. Chaves, Trad). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Freud, S. (2018). *Fundamentos da clínica psicanalítica* (C. Dornbusch, Trad). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Freud, S. (2010). *Obras completas volume 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos*. (1914 -1916) (P. C. de Souza, Trad). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (2010). *Obras completas volume 14: "O homem dos lobos" e outros textos*. (1917-1920) (P. C. de Souza, Trad). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (2011). *Obras completas volume 16: o Eu e o ID, "autobiografia" e outros textos*. (1923-1925). (P. C. de Souza, Trad). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (2019). *O Infamiliar [das Unheimliche]* (E. Chaves, & P. H. Tavares, Trad.). Edição Comemorativa: Seguido de o homem da areia de E. T. A. Hoffmann (R. Freitas, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Garcia-Roza, L. A. (1985). *Freud e o Inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Goldenberg, R. (2019). *Desler Lacan*. São Paulo: Instituto Langage.
- Groddeck, G., Coelho, J. T., Netto. (1997). *O livro d'Isso*. São Paulo: Perspectiva.
- Guèguen, P. G. (2007). A Gênese do Outro que não existe. *Revista Asephallus*, 3(5), 11-16. Recuperado de http://www.isepol.com/asephallus/numero_05/pdf/traducao_01.pdf
- Harari, R. (2001). *O que acontece no ato analítico? A experiência da psicanálise*. (A. L. O. Lopes, Trad). Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Iannini, G., & Tavares P. H. (2019). Freud e o Infamiliar. In S. Freud. *O Infamiliar [das Unheimliche]* (E. Chaves, & P. H. Tavares, Trad.). Edição Comemorativa: Seguido de o homem da areia de E. T. A. Hoffmann (R. Freitas, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Japiassú, H., & Marcondes, D. (2008). *Dicionário básico de Filosofia* (5a ed.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Kessler, C. H. (2009). *A supervisão na clínica-escola: o ato no limite do discurso* (Tese de Doutorado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Kessler, C. H. (2008). O Objeto *a* é (radical) e não é ([b]analisável). *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 34, 23-32. Recuperado de <http://www.apboa.org.br/uploads/arquivos/revistas/revista34-1.pdf>

- Lacan, J. (2008a). *A lógica do fantasma. Seminário 1966-1967* (A Lyra, C.B. Fleig, D. A. L. Araújo, I. Chaves, I. Corrêa, L. P. Fonseca, L. A. Tavares, M. L. Q. Santos, M. Fleig, Trad.). Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife (CEF).
- Lacan, J. (1998). *Escritos* (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2005). *O seminário, livro 10: a angústia* (1962-1963). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1998). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964) (Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. M. D. Magno, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2008b). *O seminário, livro 16: de um Outro ao outro* (1968-1969) (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1992). *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise* (1969-1970) (Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 20: mais, ainda* (1972-1973). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2003). *Outros escritos* (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2001). *O ato psicanalítico. Seminário 1967-1968*. Porto Alegre: Escola de estudos psicanalíticos.
- Lacan, J. (2006). *Problemas cruciais para a psicanálise. Seminário 1964-1965*. (C. Lemos, C.B. Fleig, D. A. L. Araújo, I. Chaves, I. Corrêa, L. P. Fonseca, L. A. Tavares, M. A. Lyra, M. A. Fernandes, M. L. Q. Santos, M. Fleig, N. V. A. Leite, Trad.). Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife (CEF).
- Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (1992). *Vocabulário da psicanálise* (P. Tamen, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Lo Bianco, A. C. (2003). Sobre as bases dos procedimentos investigativos em psicanálise. *Psico USF*, 8(2), 115-123. Recuperado de https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-82712003000200003&script=sci_arttext. doi: 10.1590/S1413-82712003000200003
- Longo, J. L., & D'Agord, M. R. L. (2012). O saber no lugar da verdade e a verdade com o saber a mais. *Trivium - Estudos Interdisciplinares*, 4(2), 24-32. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/trivium/v4n2/v4n2a04.pdf>
- Mallarmé, S. (1897). *Um lance de dados* (A. Faleiros, Trad.). São Paulo: Ateliê Editorial.
- Menegassi, A. (2010). *O conceito de destituição subjetiva na obra de Jacques Lacan* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, SP, Brasil.
- Monteiro, M. P. (2014). A topologia de Lacan. *Estudos de Psicanálise*, 41, 133-140. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n41/n41a13.pdf>
- Morais, M. B. L. (2006). Poesia, psicanálise e ato criativo: uma travessia poética. *Estudos de Psicanálise*, 29, 45-56. Recuperado de

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372006000100008&lng=pt&tlng=pt

- Neves, T. I. (2018). *Dimensões da cura em psicanálise: clínica, política e transformação*. Curitiba: CRV.
- Poli, M. C. (2008). Escrevendo a psicanálise em uma prática de pesquisa. *Estilos da Clínica*, 13(25), 154-179. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282008000200010&lng=pt&tlng=pt
- Porge E. (2009). *Transmitir a clínica psicanalítica: Freud, Lacan, hoje*. Campinas: UNICAMP.
- Ramos, L. N. (2010). O ato de Lacan. Recuperado de <http://www.congressoconvergencia.com/site/images/artigos/a04%20vf.pdf>
- Rimbaud, A. (1871). Recuperado de <http://www.salamalandro.redezero.org/wp-content/uploads/2007/07/Rimbaud-A-carta-do-vidente-Lettre-a%CC%80-Paul-De%CC%81meny.pdf>
- Rivera, T. (2008). Ensaio sobre o espaço e o sujeito. Lygia Clark e a psicanálise. *Ágora (Rio de Janeiro)*, 11(2). Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/agora/v11n2/a04v11n2.pdf>
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise* (V. Ribeiro, L. Magalhães, Trad). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Rosa, J. G. (2019). *Grande sertão: veredas*. (22a ed.) São Paulo: Companhia das letras.
- Safatle, V. (2017). Lacan, revolução e liquidação da transferência: a destituição subjetiva como protocolo de emancipação política. *Estudos Avançados*, 31(91), 211-227. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/ea/v31n91/0103-4014-ea-31-91-0211.pdf>. doi: 10.1590/s0103-40142017.3191016
- Safatle, V., Silva, N. da, Jr., & Dunker, C. (2018). *Patologias do social: Arqueologias do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Sousa, E. L. A. de (2001). Uma estética negativa em Freud. In E. L. A. de Sousa, E. Tessler, & A. Slavutzky (Orgs.), *A invenção da vida: arte e psicanálise* (p. 125). Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- Torres, R. S. (2010). *Dimensões do ato em psicanálise*. São Paulo: Annablume.
- Torres, R. S. (2013). *Do ato psicanalítico ao discurso do analista: a estrutura do campo lacaniano* (Tese de Doutorado). Instituto de psicologia. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil.
- Vale, S. C., & Castro, J. E. de (2013). O tempo e o ato psicanalítico na direção do tratamento. *Tempo psicanalítico*, 45(2), 439-451. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v45n2/v45n2a12.pdf>
- Vegas, M. Z. (2013). *O que faz um psicanalista? uma leitura do seminário o ato psicanalítico de Lacan* (Tese de Doutorado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-

Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil.